

Sumário

Número de notícias: 40 | Número de veículos: 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL Receitas seguiram fortes em fevereiro - LU AIKO OTTA.....	4
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA Reforma sobre a renda: necessária e urgente (Editorial).....	6
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Lula mantém desoneração da folha para 17 setores.....	7
PORTAL R7 - NACIONAL SEGURIDADE SOCIAL Lula revoga trecho de medida provisória e mantém desoneração da folha de 17 setores da economia.....	8
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES RECEITA FEDERAL DO BRASIL Gestão da segurança fica para depois.....	10
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE REFORMA TRIBUTÁRIA Regulamentação da gestão da segurança fica para depois (Entrevista IZALCI LUCAS SENADOR DO PSDB-DF).....	12
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Comissão aprova PEC que amplia isenção tributária.....	14
O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA REFORMA TRIBUTÁRIA Planalto abre mão de R\$ 1 bilhão em receita ao avalizar isenção tributária a igrejas, que deve ser aprovada com folga.....	16
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA Com aval do Planalto, PEC que amplia isenção para igrejas avança na Câmara.....	18
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Câmara acena com mais benefícios para igrejas.....	20
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Contribuinte perdeu R\$ 109 bi em disputas no Carf em 2023.....	22
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Acabar com o Perse é como extinguir o Bolsa Família (Artigo).....	24
AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 9.....	25

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão da vida toda do INSS volta à pauta.....26

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
SEGURIDADE SOCIAL

STF pode julgar nesta quarta-feira recurso sobre 'revisão da vida toda' do INSS..... 27

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Dino não poderá votar na revisão da vida toda do INSS em julgamento no STF (Previdência)
..... 29

FOLHA ONLINE - SP - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo Lula recua, desiste de CLT e reconhece motoristas de app como autônomos
(Previdência) 31

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo deve aprovar hoje nova queda de juros do empréstimo consignado para beneficiários
do INSS 33

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Imposto de Renda 2024: prazo para empresa entregar informe de rendimentos termina amanhã
..... 34

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Entenda medidas do governo para facilitar o crédito consignado para trabalhadores do setor
privado 35

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Ex-servidores vão receber R\$ 713 milhões de FGTS.....37

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Alternativa ao saque-aniversário.....38

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

A maior dívida social do Brasil (Editorial)..... 39

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Definição de itens da cesta básica tem disputa intensa no Congresso..... 40

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Yellen diz que crescimento global será maior..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Yellen elogia reforma tributária e destaca Brasil na transição verde..... 43

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Janet Yellen elogia a reforma tributária	45
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Empresários preveem aumento da receita no ano	46
G1 - NACIONAL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Acordo sobre presidências das comissões deve travar pauta da Câmara nos próximos dias	48
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Governo muda regras de planos de previdência privada	50
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Com novas regras, previdência privada ficará mais atrativa	51
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Chefe do Pnud defende taxar múltiplos e "super-ricos"	52
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
IA amplia distância entre bolsas americanas e Ibovespa	54
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
IPCA-15 acelera com educação, e preços de serviços ainda preocupam economistas	56
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
IPCA-15 e fluxo dão alívio a ativos locais	58
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA	
IPCA-15 registra alta de 1,02% na RMBH	59
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Renda fixa é mais atrativa no Brasil, diz Bitterly, do Citi	60
CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA SAQUE ANIVERSÁRIO	
FGTS poderá ser usado em empréstimo consignado	62
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS SAQUE ANIVERSÁRIO	
FGTS Digital: entenda o que muda com nova plataforma	64
O ESTADO - FORTALEZA - CE - NACIONAL SAQUE ANIVERSÁRIO	
Sem acordo, portaria sobre trabalho em feriados é adiada por 3 meses	66

Receitas seguiram fortes em fevereiro - LU AIKO OTTA

LU AIKO OTTA

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail lu.aiko@valor.com.br

Fevereiro ainda não acabou, mas os dados preliminares mostram que a arrecadação tributária seguiu robusta. Haverá queda em relação ao recorde histórico de janeiro.

Por motivos sazonais, os ingressos de receita são maiores no primeiro mês do ano do que no segundo. Mas tudo indica que haverá, novamente, uma surpresa positiva.

O desempenho da arrecadação é recebido com alívio nos bastidores da equipe econômica. Também há grande torcida para que se confirme o anúncio, hoje, de um forte superávit primário nas contas do governo central em janeiro. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estimou um saldo positivo de R\$ 77,9 bilhões para o mês.

Assim, ganha corpo a hipótese de o governo não tomara impopular decisão de contingenciar despesas para cumprir a meta de zerar o déficit público neste ano eleitoral. A decisão será anunciada no dia 22 de março, com a divulgação do relatório bimestral com projeções de receitas e despesas para o ano. Ainda que o Orçamento

permaneça intacto em março, o quadro para as contas públicas está longe da tranquilidade neste ano. Nem contingenciamento nem mudança de meta fiscal estão descartados, admite-se nos bastidores.

As incertezas começam pelo próprio desempenho das receitas. Não está claro se o primeiro bimestre surpreendente em termos de arrecadação é algo que se manterá ao longo de 2024, comenta-se na área técnica.

A Instituição Fiscal Independente (IFI) estima que a arrecadação crescerá em R\$ 130,4 bilhões com as medidas no campo tributário aprovadas no ano passado e outras iniciativas.

É uma cifra elevada, mas abaixo dos R\$ 274,7 bilhões esperados pelo governo. AIH acredita que possa haver frustração com medidas como a tributação sobre

subvenções concedidas por governos estaduais e a retomada do voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Outro ponto de incerteza é o futuro da Medida Provisória (MP) 1.202. Ponto de atrito entre o Planalto e o Congresso Nacional, é um tema em discussão. Nos bastidores da área econômica, o que se diz é que o resultado fiscal esperado com a MP precisa ser alcançado. Se não com as mudanças legais que estão propostas nela, com outras medidas que tragam o mesmo impacto no caixa.

Podem também aparecer surpresas pelo lado das receitas.

Diante do cenário incerto, a equipe econômica vai ganhando tempo. O risco de uma revisão da meta fiscal, que esteve muito forte no fim de 2023, agora parece adiado para maio.

Há, porém, desafios ainda maiores à frente. O próprio arcabouço fiscal corre o risco de tornar-se inviável, se não forem revistos os critérios de correção de três tipos de despesa: os pisos de saúde e educação, aquelas atreladas ao salário mínimo (benefícios previdenciários, abono, seguro-desemprego e Benefícios de Prestação Continuada) e as emendas de parlamentares ao Orçamento.

Todas elas crescem a um ritmo maior do que o limite de despesas do arcabouço. Assim, se nada for feito, acabarão ocupando todo o espaço do orçamento e inviabilizando outras áreas do governo. Ou determinando a morte do arcabouço fiscal.

No campo da saúde, a avaliação mais ouvida entre os técnicos é que a área já obteve um reforço orçamentário grande, com a Emenda Constitucional da Transição e com o fato de o novo arcabouço haver recuperado as regras de gastos mínimos que haviam sido revogadas pelo teto de gastos. Assim, uma ideia que se discute é deixar o orçamento da saúde subir junto com o limite de despesas do teto, ou seja, até 70% do crescimento da receita no ano anterior - e não a 100%, como é hoje.

No campo das despesas como abono e seguro-desemprego debatem-se ideias como fazer com que elas recebam apenas parte do aumento real concedido

ao salário mínimo. Trata-se, porém, de um debate delicado. No governo passado, a ideia de desindexar benefícios previdenciários do salário mínimo colocou em risco a cabeça do número dois do poderoso Ministério da Economia.

Difícil dizer quais desses temas seria mais impopular. O espaço apertado para a elaboração da proposta orçamentária de 2025, porém, pode criar na própria Esplanada dos Ministérios um meio de cultura propício à evolução dos debates, que já ocorrem na área técnica.

30 anos da URV

Nesta semana, completam-se 30 anos do lançamento da Unidade Real de Valor (URV).

Foi uma moeda virtual cujo valor mudava todo dia, conforme a **inflação**, e que virou referência para salários e contratos no dia 1 - de março de 1994. Em 1-de julho, a URV deu lugar ao real. Desde então, a **inflação** no Brasil foi domada.

O Valor conversou com dois "pais" do plano, Edmar Bacha e Pêrsio Aiida, que falaram da dimensão política do Plano Real. Bacha contou como foi decisiva para a implementação do plano a liderança do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), como a estabilização dos preços o ajudou a chegar ao Palácio do Planalto e como os dois mandatos do tucano consolidaram as bases da economia brasileira. Aiida mostrou que a democracia é a força que mantém a **inflação** comportada.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187801?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187801?page=2§ion=1)**

Reforma sobre a renda: necessária e urgente (Editorial)

Correio Braziliense

Termina amanhã o prazo para que as empresas entreguem aos trabalhadores o Informe de Rendimentos do ano de 2023 para que os mesmos possam, a partir de 15 de março, prestar contas ao fisco. Assim, mais uma vez é preciso falar da necessidade de se promover uma **reforma tributária** sobre a renda, para que o custo do Estado não recaia de forma tão pesada sobre a classe média brasileira, sobretudo os trabalhadores, que têm o imposto descontado diretamente do salário. O plano, embutido na própria **reforma tributária**, é que o governo encaminhe ao Congresso as alterações na tributação sobre a renda para que sejam apreciadas e votadas no primeiro semestre deste ano.

No entanto, especialistas e mercado financeiro não acreditam mais na possibilidade de a reforma dos **impostos** sobre a renda ser votada em 2024, principalmente por ser este um ano que terá eleições para prefeitos e vereadores nos 5.568 municípios do país, o que mobiliza parlamentares em suas bases eleitorais. O risco que se deve evitar é o de ela ficar parada na Câmara ou no Senado, como a **reforma tributária**, que tramitou por cerca de cinco anos após mais de 30 de discussões em torno do novo regramento tributário do país.

Se houve celeridade no ano passado por aprovar uma mudança nos **impostos** que incidem sobre o consumo, buscando atender aos interesses de todos os setores da economia, é lógico se esperar a mesma rapidez na condução das proposta que vão mudar a carga fiscal sobre a renda, sob pena de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva terminar seu mandato sem ver implantada sua promessa de campanha de elevar a isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para R\$ 5 mil, um valor que vai isentar quem ganha três salários mínimos e meio.

Essa correção, no entanto, não deverá ocorrer com a eliminação de gastos com saúde e educação, pois são serviços que o Estado deveria prover a todos os brasileiros e, como não o faz, obriga uma parcela significativa dos contribuintes a lançar essas despesas, que são, sobretudo, um ressarcimento. Ao elevar a faixa de isenção e eliminar as deduções, o governo está dando com uma mão e tirando com a outra. E isso não deve ocorrer sob pena de ter um

efeito contrário para o contribuinte que hoje tem despesas a deduzir.

A correção das alíquotas do Imposto de Renda é fundamental para os trabalhadores brasileiros que veem sua renda corroída pela **inflação**. Em uma comparação simples, as correções feitas na tabela do IR em 2023 e este ano representam um aumento de 49% no valor da isenção, que estava congelado em R\$ 1.903,98 desde 2015. Nesses nove anos a **inflação** acumulada chega a 67,54%. Isso significa que a **inflação** corrói a renda de um lado e o governo leva parte dessa mesma renda, num quinhão cada vez maior em relação ao poder de compra do salário. A correção simples, pela **inflação** do período, levaria a faixa de isenção para R\$ 3.189 já neste ano.

O valor é baixo e quase insignificante em relação ao que o governo deixou de arrecadar com isenções tributárias, que passaram de R\$ 450 bilhões por ano, em números de 2022. Com a MP editada no início deste mês, o governo estima abrir mão de R\$ 3,03 bilhões em 2024, o que representa 0,67% do total de isenções. Isso mostra que a correção da tabela não é um problema do ponto de vista fiscal, mas sim político. É preciso que essa barreira seja superada para que também os trabalhadores tenham a carga fiscal ajustada à sua renda e não à necessidade de caixa do governo, que nem sempre é rigoroso em relação a outros segmentos da sociedade.

Lula mantém desoneração da folha para 17 setores

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, na noite de ontem, a revogação de trechos da medida provisória (MP) que restabelecia a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento de 17 setores que mais empregam e das prefeituras. Apesar da insistência do governo em não renovar a desoneração, que acabou no fim do ano passado - que representaria cerca de R\$ 20 bilhões ao ano em receitas -, o tema se tornou o principal ponto de atrito com as lideranças no Congresso, que articulavam a derrubada da medida.

A decisão de Lula atende às conversas do governo com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O Parlamento aprovou, no ano passado, a prorrogação da desoneração dos 17 setores até 2027 e ampliou o benefício para as prefeituras. A expectativa da equipe econômica era manter a MP, ao menos, até o fim de março, quando sai o primeiro relatório bimestral de despesas e receitas. Com a pressão de parlamentares e do setor produtivo, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), já tinha anunciado que Lula assinaria a medida antes da viagem que fará à Guiana.

Apesar do recuo do governo na desoneração, a equipe econômica não abriu mão de acabar com o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) - que beneficiou o setor de eventos na pandemia de covid-19, mas era criticado pela área técnica da **Receita Federal** por indícios de abusos e fraudes. Lula também manteve a limitação para compensação tributária de ações judiciais por empresas.

Randolfe disse, porém, que o governo não desistiu de acabar com as isenções fiscais da folha de pagamento, mas o assunto deve ser rediscutido por meio de um projeto de lei que, em acordo com Pacheco, vai tramitar em regime de urgência no Congresso.

"Os termos do projeto de lei devem ser exatamente como estão escritos na MP, mas, é claro, há posições diferentes no Congresso. Então, vamos para o debate, fazer os ajustes necessários", disse o senador.

A expectativa é que, com a tramitação regular no Congresso e com a chegada dos relatórios de receitas

e despesas, a equipe econômica possa mostrar a deputados e senadores que há o risco da necessidade de se contingenciar emendas parlamentares para que a União atinja a meta de déficit zero.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já tinha antecipado, na semana passada, que haveria um projeto de lei exclusivamente para tratar da reoneração da folha de pagamento dos 17 setores que mais empregam. A medida foi criada no governo da presidente Dilma Rousseff (PT), em 2011, como resposta ao período de recessão que a economia enfrentava, e acabou sendo prorrogada sucessivamente pelo Congresso desde então.

Lula revoga trecho de medida provisória e mantém desoneração da folha de 17 setores da economia

Brasília

! **Carlos Eduardo Bafutto e Hellen Leite, do R7, e Tainá Farfan, da RECORD**

Acompanhe o R7 no WhatsApp e tenha mais uma forma de se manter informado.

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Brasília | Carlos Eduardo Bafutto e Hellen Leite, do R7, e Tainá Farfan, da RECORD

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou nesta terça-feira (27) a revogação do trecho da MP (medida provisória) que reonerava a folha de pagamento de 17 setores que mais empregam na economia brasileira.

O governo aceitou discutir o assunto via projeto de lei, que, diferentemente da MP, não tem efeito imediato. A revogação foi confirmada pelo ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

O governo manteve, no entanto, o fim do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos). O programa tinha sido aprovado em março de 2021 para diminuir os impactos pela pandemia de Covid-19 aos setores, responsáveis por um faturamento anual de R\$ 314,2 bilhões e por 3,5 milhões de empregos. Também não foi revogado o trecho que reonera a folha de pagamento dos municípios com até 142,6 mil habitantes.

O Senado aprovou em outubro de 2023 o projeto de lei que prorroga a desoneração até dezembro de 2027. Em novembro, Lula vetou integralmente o projeto de lei. No mês seguinte, o Congresso Nacional derrubou o veto do presidente. Um total de 60 senadores (contra 13) e 378 deputados (versus 78) votaram pela reversão do ato.

Com a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia, responsáveis por 9 milhões de empregos, em vez de o empresário pagar 20% sobre a folha do funcionário, o tributo pode ser calculado com a aplicação de um percentual sobre a receita bruta da empresa, que varia de 1% a 4,5%, de acordo com o setor.

Sem a desoneração, 1 milhão de vagas de emprego podem ser perdidas, segundo levantamento feito por associações, entidades de classe e sindicatos.

O impacto na arrecadação para a **Previdência Social** caso não houvesse a desoneração da folha de pagamento seria de R\$ 45,7 bilhões entre 2018 e 2022, revela um estudo feito neste ano pela Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem sido pressionado pelos 17 setores da economia e por entidades de trabalhadores a sancionar o projeto que prorroga a medida fiscal até 2027.

A publicação mostra que, caso o mecanismo não existisse, a perda de arrecadação da **Previdência Social** seria de R\$ 1,4 bilhão em 2018, de R\$ 5,7 bilhões em 2019, de R\$ 9,5 bilhões em 2020, de R\$ 13 bilhões em 2021 e de R\$ 16 bilhões em 2022. O contexto atual do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) é de saldo negativo.

Com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), os representantes observam que, em termos de evolução da empregabilidade, os setores desonerados contrataram mais de 1,2 milhão de novos trabalhadores entre 2018 e 2022, o que corresponde a cerca de 15,5% de crescimento. Sem a geração desses empregos, haveria a queda na arrecadação previdenciária. Por outro lado, os setores reonerados contrataram pouco mais de 400 mil novos trabalhadores, o que representa 6,8% de crescimento.

Carregando...

Brasília

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

Acompanhe o R7 no WhatsApp e tenha mais uma forma de se manter informado.

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Site: <https://noticias.r7.com/brasil/lula-revoga-trecho-de-medida-provisoria-e-mantem-desoneracao-da-folha-de-17-setores-da-economia-27022024>

Gestão da segurança fica para depois

Beatriz Mascarenhas * Estagiária sob a supervisão de Suzano Almeida

» Entrevista | IZALCI LUCAS | SENADOR DO PSDB-DF

Com as últimas manifestações em apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), especulações sobre as consequências dos Atos Antidemocráticos de 8 de janeiro vêm à tona. Por esse motivo, o senador Izalci Lucas (DF), líder do PSDB, pretende adiar a apreciação do projeto de lei que altera o Artigo nº 32 da Constituição, do qual é relator. A proposta transfere a responsabilidade da gestão da segurança pública do Distrito Federal para a União. A declaração foi dada pelo parlamentar ao CB.Poder - parceria entre o Correio e a TV Brasília -, de ontem, às jornalistas Denise Rothenburg e Adriana Bernardes. O congressista abordou, ainda, pormenores da **reforma tributária**, aprovada no Congresso, e as consequências da dengue para a capital do país.

Tramita no Congresso o projeto de lei que regulamenta a gestão da segurança pública do DF. O senhor é o relator. Como ele está sendo tratado?

A senadora Leila Barros (PDT) apresentou um projeto de lei na comissão de segurança e eu fui indicado a relator. A Constituição diz que cabe à União organizar e manter a segurança pública do Distrito Federal, por meio do Fundo Constitucional. Esse artigo nunca foi regulamentado, sempre quem organizou (as forças de segurança) foi o GDF, sem interferência do governo federal.

Esse projeto apresentado cria mecanismos de nomeação, cargo, para o governador fazer isso, ou aquilo. Mas tem alguns artigos perigosos, por exemplo, tem um que diz que em caso excepcional, muito subjetivo, o presidente da República pode meter a caneta e nomear os interventores.

Que riscos são esses?

Em 8 de janeiro, o Congresso teve que ser convocado para que fosse aprovada a intervenção, e depois foi suspenso. Esse dia teve consequências graves em termos de segurança pública do DF. Há uma insegurança, pois nós acabamos de discutir o Fundo Constitucional, foi uma luta, a população se envolveu, todos os parlamentares, justamente porque nós dependemos desse recurso. Essa regulamentação, quando é feita no momento de emoção e polarização,

é preocupante. Não é o momento para discutir isso agora.

Mas de qualquer forma, eu peguei a relatoria, vamos realizar várias audiências, vamos conversar com a Polícia Militar, com o Corpo de Bombeiros e com a Secretaria de Segurança Pública. A princípio não iremos votar neste semestre, vamos esperar a poeira baixar.

O que falta para que a **reforma tributária** possa de fato valer?

O consenso é de que é necessário uma reforma., podendo aumentar a carga tributária e chegar a 28%, 25%. Na prática o setor de serviço vai sentir isso, nós vamos ficar com praticamente 10 anos de transição, e toda essa loucura que chamamos de manicômio tributário, vai continuar até lá, além de novas obrigações. A **Receita Federal** tem que disponibilizar a simulação dessas alterações. Ela tem os dados para simular. Agora, é muito difícil o governo fornecer esses dados.

O governo federal tem vetado algumas matérias aprovadas, como o senhor avalia?

Aprovamos a reoneração (da folha de pagamento), do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), e foi vetado. O governo afirma que houve um rombo de R\$ 20 bilhões, sendo que a expectativa era R\$ 4 ou R\$ 6 bilhões. E cadê esses R\$ 20 bilhões?

Queremos detalhadamente sobre quais foram os setores, pois temos que proteger os pequenos e os médios (empresários). Eles movimentam a economia.

Não dá para, em função de alguém que está fazendo errado ou mudou a atividade para ter incentivo, vetar. Você tem que cassar quem está errado, não dá para generalizar como estão querendo fazer.

O DF está liderando o número de casos de mortes por dengue.

Na sua visão, o que nos levou a este cenário?

O que falta no Brasil são políticas públicas de Estado: prevenção.

Investir em propagandas institucionais, de educação. Falta educação e orientação, pois a dengue está

dentro de casa, no quintal das pessoas. Isso é falta de conscientização.

Outra coisa, a gente precisava ter contratado com antecedência, em setembro ou outubro, os agentes comunitários, que visitam casa por casa. Que orientam os moradores o que e como fazer. Faltou prevenção, faltou tecnologia, e não foi feito no ano passado o que foi feito nos anos anteriores. Era para terem sido contratados no mínimo mil agentes comunitários.

Regulamentação da gestão da segurança fica para depois (Entrevista | IZALCI LUCAS | SENADOR DO PSDB-DF)

Beatriz Mascarenhas*

+

Com as últimas manifestações em apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), especulações sobre as consequências dos Atos Antidemocráticos de 8 de janeiro vêm à tona. Por esse motivo, o senador Izalci Lucas (DF), líder do PSDB, pretende adiar a apreciação do projeto de lei que altera o Artigo nº 32 da Constituição, do qual é relator. A proposta transfere a responsabilidade da gestão da segurança pública do Distrito Federal para a União. A declaração foi dada pelo parlamentar ao CB.Poder - parceria entre o Correio e a TV Brasília -, de ontem, às jornalistas Denise Rothenburg e Adriana Bernardes. O congressista abordou, ainda, pormenores da **reforma tributária**, aprovada no Congresso, e as consequências da dengue para a capital do país.

Tramita no Congresso o projeto de lei que regulamenta a gestão da segurança pública do DF. O senhor é o relator. Como ele está sendo tratado?

A senadora Leila Barros (PDT) apresentou um projeto de lei na comissão de segurança e eu fui indicado a relator. A Constituição diz que cabe à União organizar e manter a segurança pública do Distrito Federal, por meio do Fundo Constitucional. Esse artigo nunca foi regulamentado, sempre quem organizou (as forças de segurança) foi o GDF, sem interferência do governo federal. Esse projeto apresentado cria mecanismos de nomeação, cargo, para o governador fazer isso, ou aquilo. Mas tem alguns artigos perigosos, por exemplo, tem um que diz que em caso excepcional, muito subjetivo, o presidente da República pode meter a caneta e nomear os interventores.

Que riscos são esses?

Em 8 de janeiro, o Congresso teve que ser convocado para que fosse aprovada a intervenção, e depois foi suspenso. Esse dia teve consequências graves em termos de segurança pública do DF. Há uma insegurança, pois nós acabamos de discutir o Fundo Constitucional, foi uma luta, a população se envolveu, todos os parlamentares, justamente porque nós dependemos desse recurso. Essa regulamentação, quando é feita no momento de emoção e polarização,

é preocupante. Não é o momento para discutir isso agora. Mas de qualquer forma, eu peguei a relatoria, vamos realizar várias audiências, vamos conversar com a Polícia Militar, com o Corpo de Bombeiros e com a Secretaria de Segurança Pública. A princípio não iremos votar neste semestre, vamos esperar a poeira baixar.

O que falta para que a **reforma tributária** possa de fato valer?

O consenso é de que é necessário uma reforma., podendo aumentar a carga tributária e chegar a 28%, 25%. Na prática o setor de serviço vai sentir isso, nós vamos ficar com praticamente 10 anos de transição, e toda essa loucura que chamamos de manicômio tributário, vai continuar até lá, além de novas obrigações. A **Receita Federal** tem que disponibilizar a simulação dessas alterações. Ela tem os dados para simular. Agora, é muito difícil o governo fornecer esses dados.

O governo federal tem vetado algumas matérias aprovadas, como o senhor avalia?

Aprovamos a reoneração (da folha de pagamento), do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), e foi vetado. O governo afirma que houve um rombo de R\$ 20 bilhões, sendo que a expectativa era R\$ 4 ou R\$ 6 bilhões. E cadê esses R\$ 20 bilhões? Queremos detalhadamente sobre quais foram os setores, pois temos que proteger os pequenos e os médios (empresários). Eles movimentam a economia. Não dá para, em função de alguém que está fazendo errado ou mudou a atividade para ter incentivo, vetar. Você tem que cassar quem está errado, não dá para generalizar como estão querendo fazer.

O DF está liderando o número de casos de mortes por dengue. Na sua visão, o que nos levou a este cenário?

O que falta no Brasil são políticas públicas de Estado: prevenção. Investir em propagandas institucionais, de educação. Falta educação e orientação, pois a dengue está dentro de casa, no quintal das pessoas. Isso é falta de conscientização. Outra coisa, a gente

precisava ter contratado com antecedência, em setembro ou outubro, os agentes comunitários, que visitam casa por casa. Que orientam os moradores o que e como fazer. Faltou prevenção, faltou tecnologia, e não foi feito no ano passado o que foi feito nos anos anteriores. Era para terem sido contratados no mínimo mil agentes comunitários.

*Estagiária sob a supervisão de Suzano Almeida

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site: <https://www.correiobrasiliense.com.br/cidades-df/2024/02/6809947-regulamentacao-da-gestao-da-seguranca-fica-para-depois.html>

Comissão aprova PEC que amplia isenção tributária

Brasília - A comissão especial criada para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 5/23, que amplia a imunidade tributária para entidades religiosas e templos de qualquer culto aprovou ontem o texto do relator, deputado Dr. Fernando Máximo (União-RO). A proposta ainda terá de ser votada em dois turnos pelo plenário da Câmara. Para ser aprovada, são necessários pelo menos 308 deputados em cada votação. Líderes evangélicos querem que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pautar a proposta para que seja votada em plenário ainda nesta semana. Se avançar, o texto seguirá para o Senado. O texto original da medida também previa benefícios aos partidos políticos, mas o substitutivo do relator retirou essa parte da proposta.

O Brasil tem atualmente 175 mil igrejas com CNPJ registrado. A versão aprovada proíbe a cobrança de **tributos** sobre bens ou serviços necessários à formação do patrimônio, à geração de renda e à prestação de serviços de todas as religiões. A proposta ainda determina expressamente que também não podem ser tributadas as organizações assistenciais e beneficentes ligadas a confissões religiosas, como creches, asilos e comunidades terapêuticas, entre outras.

A Constituição Federal já proíbe o poder público de cobrar **impostos** de igrejas. No entanto, a imunidade tributária vale somente para o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades. Não podem ser isentos, por exemplo, os salários dos pastores. O texto aprovado também garante às igrejas e entidades as-sistenciais direito a créditos tributários pela aquisição de bens ou serviços, e que serão depositados em conta corrente.

Na opinião do deputado Dr. Fernando Máximo, o aumento da receita das igrejas com o não pagamento de **impostos** vai permitir que elas ampliem a prestação de serviços à comunidade. "Igrejas estão tirando pessoas do crime, tirando pessoas das drogas, do álcool, da depressão e do suicídio, estão trazendo paz para o nosso país", ressaltou.

Máximo defende que a atuação dessas instituições representa economia para o Estado. "Elas conseguem resgatar esses cidadãos, trazendo para a sociedade de volta, trazendo para o trabalho, evitando crime, fortalecendo a família, dando mais anos de vida",

completou.

Fernando Máximo explica que a imunidade tributária de igrejas existe no Brasil desde a Constituição de 1946. Daquele período até a promulgação da Constituição atual, o benefício era integral, não apenas para atividades relacionadas com finalidades essenciais dos templos. Foi a Constituição de 1988 que fez essa restrição, que a PEC aprovada revoga mais uma vez.

O autor da proposta, deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), comemorou a aprovação. Para ele, a proposta corrige uma injustiça. "As igrejas não podem sofrer esse prejuízo porque quem as sustenta são seus membros, são os fieis, que já pagamos **impostos** sobre a nossa renda, sobre tudo o que consumimos e sobre o patrimônio."

Interlocutores da Câmara informaram que Crivella e Máximo discutiriam a PEC com os ministérios da Fazenda, Planejamento e Casa Civil, além de terem recebido o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo eles, seria uma sinalização da aproximação do Planalto aos evangélicos, grupo que recentemente sofreu derrota com a suspensão da isenção tributária sobre salários de pastores, benefício criado durante o governo Bolsonaro e cortada agora pela **Receita Federal**.

inteligência artificial

Começará a tramitar na Câmara o Projeto de Lei 5694/23, que estabelece pena de 4 a 8 anos de prisão e multa para quem manipular imagens ou sons com uso de inteligência artificial (IA) a fim de produzir conteúdo de sexo com criança ou adolescente. O texto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente. A proposta aumenta em um terço a pena para quem, tendo ciência do uso de IA no produto, mantiver esse tipo de conteúdo ou se envolver na negociação dele.

"Criminalizar a manipulação ou adulteração de fotos, vídeos ou sons utilizando-se de inteligência artificial é um passo essencial para proteger crianças e adolescentes de casos de humilhação, assédio, ameaça ou outras formas de violência", defende o autor, deputado Fred Linhares (Republicanos-DF). "A inclusão dessas práticas no rol de crimes tipificados no Estatuto da Criança e do Adolescente reflete o

compromisso em garantir a segurança e o bem-estar dessa parcela vulnerável da sociedade", conclui o autor. A proposta será analisada pelas comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, seguirá para o plenário.

175

MIL IGREJAS ESTÃO REGISTRADAS COM CNPJ NO BRASIL

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Planalto abre mão de R\$ 1 bilhão em receita ao avalizar isenção tributária a igrejas, que deve ser aprovada com folga

Em mais uma tentativa de amenizar o desgaste com evangélicos, o governo cruzou os braços nesta terça-feira e viu avançar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que amplia a imunidade tributária para igrejas. O texto foi aprovado de forma simbólica em Comissão Especial da Câmara, sem a oposição do Palácio do Planalto e com a presença de apenas um deputado governista. O texto agora segue para o plenário, com tendência de aprovação e onde a tônica vai permanecer a mesma: o Executivo não deverá se posicionar contra, ainda que o projeto possa representar uma perda de arrecadação de R\$ 1 bilhão, nas contas do relator da matéria.

No plenário, são necessários ao menos 308 votos, em dois turnos, cálculo que os apoiadores imaginam alcançar com folga, já que a iniciativa tem amplo apoio na Casa. Na etapa anterior, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o Planalto também não havia apresentado objeções.

Ainda que represente menos dinheiro no cofre em um contexto em que os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) buscam espaço no Orçamento para manter investimentos e cumprir a meta de déficit zero, o governo calcula que uma manobra que contrarie a bancada evangélica tem um custo político elevado.

Novo foco de atrito

A relação de Lula com o segmento já é marcada por distanciamento e, na semana passada, surgiu um novo foco de atrito. O presidente comparou a ofensiva militar de Israel na Faixa de Gaza ao Holocausto, o que gerou críticas de evangélicos. No domingo, o ex-presidente Jair Bolsonaro reuniu milhares de apoiadores em São Paulo em manifestação que teve forte caráter religioso, evidenciado no discurso da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e na presença do pastor Silas Malafaia como principal condutor do ato.

Num panorama mais amplo, o Planalto vem tentando reduzir arestas com o Congresso em geral, depois de atritos provocados pelo veto de Lula a R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão.

De acordo com o deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), autor da PEC, reuniões com a Casa Civil, Fazenda e Planejamento já foram realizadas e há um compromisso apalavrado com os governistas para deixarem o caminho livre.

Líder do governo na Câmara, o deputado Odair Cunha (MG) admite que há uma "tendência" de liberação da bancada.

- Ainda vamos analisar o texto final e deliberar, mas a tendência é não apresentarmos resistência.

Já o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), diz que há chance até de votos favoráveis, já que o impacto orçamentário não é considerado alto.

- Tenho a disposição para discutir, é um reclame de uma bancada representativa no Congresso que tem interface e diálogo com o governo. Vamos ver o encaminhamento na Câmara. Pelas informações da Fazenda, não é uma proposta que traz grande impacto fiscal. Temos que debater o mérito apenas.

Procurada, a Fazenda disse que não comenta projetos em andamento.

Agora, a bancada evangélica pressiona o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para que a PEC seja levada a plenário até a primeira semana de março. A ideia do grupo é que a promulgação ocorra às vésperas da Semana Santa, depois de ser votada pelo Senado.

Hoje, templos de qualquer religião são isentos de **impostos** sobre patrimônio, renda e serviços considerados essenciais para o exercício de suas atividades, de acordo com a Constituição. Assim, as igrejas não pagam, por exemplo, IPTU e de Imposto de Renda.

Pela proposta que avançou na terça, os templos também ficam isentos de **impostos** sobre a aquisição de bens e serviços "necessários" para construir e manter o patrimônio e para a prestação de serviços das entidades religiosas, como reformas de igrejas. Há

previsão de o benefício abranger **tributos** indiretos, como os que incidem sobre a conta de luz.

Entidades ligadas a igrejas, como comunidades terapêuticas, creches, asilos e escolas, por exemplo, também serão contempladas, segundo a PEC. O texto original apresentado por Crivella previa que a isenção também alcançasse partidos políticos e instituições sem fins lucrativos, mas isto não foi à frente.

- Atualmente, o dízimo é taxado duas vezes: a primeira, quando o trabalhador recebe o seu salário e é descontado. Depois, quando a igreja vai empregar esses valores novamente e volta a ser descontada. Isto vai acabar, já que a isenção abrange reformas e serviços sociais - disse Crivella.

A isenção dos templos funcionará por meio da devolução de créditos em conta corrente das entidades que tiverem feito os pagamentos. Uma lei complementar, que será feita posteriormente, delimitará as regras para esta devolução. O Conselho Nacional de Política Fazendária terá até 31 de dezembro de 2025 para estabelecer os detalhes dessa dinâmica de devolução dos valores às entidades.

Boom de CNPJs

De acordo com o relator da PEC, o deputado Fernando Máximo (União-RO), o governo federal deixará de arrecadar cerca de R\$ 1 bilhão em **impostos** anuais:

- O impacto tributário gira em torno de R\$ 1 bilhão, mas há um retorno direto, a partir dos benefícios que essas instituições trazem para a sociedade. A igreja só poderá se valer deste benefício caso prove que o dinheiro usado vem de recursos próprios ou do dízimo e que os valores foram empenhados nessas atividades e obras específicas.

Como apenas igrejas com CNPJ serão contempladas com as isenções, Crivella prevê que a medida pode provocar uma espécie de "boom" no número de instituições religiosas registradas.

- Hoje, temos algo em torno de 175 mil templos religiosos com CNPJ, entre as mais diversas religiões. Sem CNPJ, estima-se que o número chegue a 500 mil. Acho que, em busca deste benefício, o número de templos registrados pode subir - afirmou.

Em outras tentativas de aplacar resistências, Lula fez outros acenos a evangélicos desde o início do mandato. A **Reforma Tributária** aprovada no ano passado já havia concedido benefícios. Em fevereiro do ano passado, o PT endossou a indicação, pela Câmara, do deputado Jhonatan de Jesus

(Republicanos-RR) para ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) - o Republicanos é ligado à Igreja Universal do Reino de Deus. A base do governo também chancelou um acordo costurado por Lira que levou o presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), à vice-presidência da Casa. Ele é bispo licenciado da Universal.

Entenda a proposta

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/02/28/plan-alto-abre-mao-de-r-1-bilhao-em-receita-ao-avalizar-isencao-tributaria-a-igrejas-que-deve-ser-aprovada-com-folga.ghtml>

Com aval do Planalto, PEC que amplia isenção para igrejas avança na Câmara

Giordanna Neves, Iander Porcella e Marcelo de Moraes

Uma comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça, 27, parecer de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que amplia a imunidade tributária de entidades religiosas. De acordo com o relator, deputado Dr. Fernando Máximo (União Brasil-RO), o texto final foi acertado com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A matéria precisa agora ser apreciada no plenário da Casa, onde necessita do apoio de três quintos dos parlamentares - ou seja, um mínimo de 308 votos para ser aprovada, em cada um dos dois turnos de votação.

Havia a expectativa de que o texto fosse votado ainda ontem, mas até as 21h não tinha sido analisado. A PEC é de autoria do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), pastor licenciado e ex-prefeito do Rio.

A Constituição já prevê isenção ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados às finalidades essenciais de templos religiosos. A proposta de Crivella estende o benefício à aquisição de bens e serviços necessários à formação de patrimônio, renda e serviços dos templos.

Na prática, o texto permite que a isenção, hoje garantida nas tributações diretas, passe a valer também para as tributações indiretas, como na compra de cimento para obras nas igrejas. Neste caso, seriam abrangidos o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Pecado

De acordo com o relator, o impacto fiscal da proposta nas contas da União, por meio da redução no IPI, seria atualmente de algo em torno de R\$ 1 bilhão. Máximo alega que esse impacto será zerado com a aprovação da **reforma tributária**. Isso porque, segundo ele, o IPI será extinto e o imposto seletivo que será criado, apelidado de imposto do pecado - usado para sobretaxar produtos que fazem mal à saúde, como cigarros e bebidas alcoólicas -, não atinge igrejas.

Pela própria natureza deste novo imposto, é pouco provável que ele venha a incidir sobre as aquisições de que trata a Proposta de Emenda Constitucional ora

em análise, diz o relatório.

A PEC, originalmente, previa que os benefícios fossem estendidos a partidos políticos, entidades sindicais e instituições de educação e assistência fiscal sem fins lucrativos. Em acordo com o governo, no entanto, a isenção fica estendida apenas às igrejas. A proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em setembro de 2023, sob relatoria de Daniela do Waguinho (União Brasil-RJ), ex-ministra do Turismo.

Essa PEC já tem apoio do governo. O governo é favorável ao relatório. Tivemos reunião com Casa Civil, (Ministério da) Fazenda, (Ministério do) Planejamento, disse Crivella, que é bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus.

De acordo com o deputado, a dúvida colocada pelo Poder Executivo era sobre como seriam controlados os benefícios. Pelo texto, segundo ele, as igrejas vão receber a restituição dos **impostos** depois de já terem sido pagos, diante da comprovação fiscal.

Prebendas

Apesar do acordo feito com governo no texto da PEC, o ex-prefeito esclareceu que a aprovação da matéria não resolve a discussão em torno da decisão tomada ainda em janeiro pela **Receita Federal** de acabar com uma medida do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que isentava de contribuição previdenciária as chamadas prebendas, remuneração recebida por pastores pelos serviços prestados a igrejas.

Apesar de o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ter anunciado a suspensão do ato após uma reação negativa entre líderes religiosos, Crivella disse esperar ainda uma resolução definitiva por parte da Advocacia-Geral da União (AGU), que ficou encarregada de elaborar um novo parecer sobre o tema.

Queremos ter uma nova reunião para fazer a leitura do parecer e esperamos que transforme o parecer em decreto, disse o deputado, que espera que o Congresso promulgue a matéria na semana da Páscoa, no fim de março.

Na época, o ministro da Fazenda disse que houve

uma politização indevida do caso e anunciou a criação pelo governo de um grupo de trabalho para discutir a isenção tributária sobre a remuneração de pastores. O episódio gerou fortes críticas da bancada evangélica ao Planalto.

Aceno

Ontem, ao ajudar na articulação da PEC e não colocar obstáculos para a votação do projeto, o governo fez um forte aceno político para a frente parlamentar. Quero agradecer ao governo que sentou, conversou e a gente conseguiu aprovar esse relatório , afirmou Máximo.

O relator da PEC faz parte do grupo de deputados que assinou o pedido de impeachment de Lula após o presidente comparar a ofensiva de Israel na Faixa de Gaza ao Holocausto. Máximo também esteve no domingo passado em cima de carro de som no ato realizado na Avenida Paulista em defesa de Jair Bolsonaro.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Site:

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/com-aval-do-planalto-pec-que-amplia-isencao-para-igrejas-avanca-na-camara,1081d1adafbf67d9f4ff47e0e4a15bd0s9yj9u2x.htm>

|

Câmara acena com mais benefícios para igrejas

Ândrea MalcherEvandro Éboli

A Câmara dos Deputados vai analisar, em plenário, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que autoriza igrejas e templos de qualquer culto a pagarem menos **impostos**. Pelo texto, aprovado ontem em comissão especial, as entidades religiosas terão isenção em relação a uma série de bens e serviços, como aquisição de material para obra de reforma ou construção (cimento, pedra, tijolo), contratação de pedreiro, servente e pessoal de obra e na compra de objetos como púlpito, cadeira e iluminação.

As igrejas e templos também vão ganhar isenção em serviços que prestam, como creche, hospital, asilo, escola e orfanatos. A PEC aguarda agora a votação no plenário, onde precisará de pelo menos 308 votos, em dois turnos, o que já tem de sobra.

A proposta foi apresentada no ano passado com 336 signatários. Entre esses apoiadores, há parlamentares que vão do PT, com seis, ao PL - nada menos que 93 deputados do partido do ex-presidente Jair Bolsonaro aderiram. O governo não colocou objeção à tramitação do texto.

A PEC foi discutida com representantes dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil e teria recebido o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para os deputados, o chefe do Executivo sinaliza aproximação aos evangélicos, grupo que recentemente sofreu uma derrota, com a suspensão da isenção tributária sobre salários de pastores, determinada pela **Receita Federal**.

Principal autor da emenda que aumenta a imunidade tributária para entidades religiosas, o deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd), disse ao Correio que a proposta vai passar com folga na Câmara e no Senado.

Ele afirmou que a PEC será promulgada nas proximidades da Semana Santa, daqui a um mês. O parlamentar estava exultante com a aprovação. No corredor, encontrou-se com o deputado David Soares (União Brasil-SP), filho do pastor evangélico R.R. Soares. "Seu pai me mandou uma linda mensagem

(após a aprovação do texto). Vou mostrar pro Lira", contou, numa menção ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

"Não tem nada a ver essa história de que o pastor, o padre ou o rabino vão ficar ricos. As entidades vão pagar por esses bens e serviços, e a imunidade é apenas para o imposto. Veja bem, imunidade não é isenção. Imunidade é para sempre", destacou Crivella.

O deputado calcula que há cerca de 170 mil templos e igrejas no país que pagam CNPJ. E, se incluir as que não pagam essa contribuição, o número chega a 550 mil. "Têm muitos cultos que ocorrem no fundo da casa de alguém, no quintal, na garagem", acrescentou.

Criação de imposto A proposta busca impedir que governos federal, estaduais e municipais criem **impostos** sobre a aquisição de bens e serviços "necessários à formação" do patrimônio, geração e prestação de serviço, manutenção e funcionamento de entidades religiosas.

O texto também prevê ampliar a atual proibição de cobrança de **tributos** sobre patrimônio, renda e serviços relacionados a atividades essenciais de igrejas e templos, como a isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) aos edifícios registrados em nome de uma organização religiosa.

Em sua redação inicial, a PEC estendia o benefício a partidos, entidades sindicais e instituições de educação e de assistência fiscal sem fins lucrativos. No entanto, o relator, deputado Dr. Fernando Máximo (Republicanos-RO), limitou a entidades religiosas, a pedido do governo.

Segundo o Censo Demográfico de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem mais estabelecimentos religiosos do que o total somado de instituições de ensino e de saúde. São 579,7 mil, uma média de 286 igrejas para cada 100 mil habitantes.

O levantamento aponta que há 264,4 mil escolas, cerca de 130 para cada 100 mil habitantes, e os estabelecimentos de saúde são 247,5 mil, equivalente a 122 para cada 100 mil habitantes.

Avaliação na CCJ A proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em setembro de 2023, sob relatoria de Daniela do Waguinho (União Brasil-RJ), ex-ministra do Turismo.

Saiba mais

A PEC permite que a isenção, hoje garantida nas tributações diretas, passe a valer também para as tributações indiretas, como na compra de cimento para obras nas igrejas.

Nesse caso, seriam abrangidos o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Segundo o relator, Dr. Fernando Máximo (Republicanos- RO), o impacto fiscal nas contas da União, por meio da redução no IPI, seria de R\$ 1 bilhão hoje, mas será zerado com a aprovação da **reforma tributária**. Isso porque, segundo ele, o IPI será extinto, e o imposto seletivo a ser criado, o "imposto do pecado", usado para sobretaxar produtos que fazem mal à saúde, não atinge igrejas.

O deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ) afirmou que a dúvida colocada pelo governo era sobre como seriam controlados os benefícios. Pelo texto, as igrejas vão receber a restituição dos **impostos** depois de já terem sido pagos.

Contribuinte perdeu R\$ 109 bi em disputas no Carf em 2023

Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon De Brasília

Os contribuintes perderam em 2023, no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, disputas que somam R\$ 109 bilhões, mais que o triplo do volume registrado no ano anterior, de R\$ 30 bilhões. É o maior patamar desde 2019, quando a Fazenda Nacional venceu julgamentos de R\$ 137,1 bilhões, de acordo com dados obtidos com exclusividade pelo Valor.

Depois de ter ampliado os julgamentos em 2023, o órgão recursal - principal aposta do ministro Fernando Haddad para atingir meta de déficit primário zero em 2024-quer julgar neste ano 50% a mais do que o previsto, com o fim da paralisação dos auditores da **Receita Federal** e a volta da possibilidade do voto de desempate favorável à União: o novo objetivo é analisar R\$ 870 bilhões em créditos tributários neste ano, ante R\$ 580 bilhões previstos no Orçamento.

No primeiro ano do governo Lula, o **Carf** julgou litígios tributários que totalizaram R\$ 278 bilhões, ante R\$ 138 bilhões do último ano de Jair Bolsonaro. O valor subiu em 2023 mesmo em meio à greve da Receita e com as incertezas em torno da volta do voto de qualidade, o que resultou na retirada de pauta de processos bilionários. Assim, na gestão de Haddad, as condenações favoráveis à Fazenda representaram 39% do total, contra 22% em 2022.

Em um de seus primeiros atos à frente da pasta, Haddad nomeou um novo presidente para o órgão e, na primeira quinzena de sua gestão, enviou ao Congresso projeto de lei (PL) com o retorno do voto de qualidade (o desempate pelo voto de Minerva do presidente das turmas do **Carf**, que é sempre um auditor fiscal). Quando enviou o Orçamento aos parlamentares no ano passado, o retorno de voto de qualidade era a medida mais importante em termos arrecadatários no rol de projetos em busca do déficit zero - o PL foi sancionado no fim de setembro.

Como o **Carf** analisa a cobrança dos **tributos** em última instância administrativa, não necessariamente o valor mantido de uma autuação fiscal entra nos cofres da União de forma imediata, já que o contribuinte pode recorrer ao Judiciário. Somente com julgamentos no **Carf**, a Fazenda espera arrecadar R\$ 54 bilhões neste ano. Historicamente, 10% de todo o montante julgado

pelo órgão entra no caixa da União.

Em entrevista ao Valor, o presidente do órgão recursal da Receita, Carlos Higino Ribeiro de Alencar, explicou que, com a nova meta, o governo tende a arrecadar tranquilamente os R\$ 54 bilhões pretendidos -com o aumento da meta, em tese, poderiam entrar até R\$ 87 bilhões nos cofres da União. A intenção, explicou, é continuar dando prioridade ao julgamento de casos de maior valor.

Agora, no entanto, há uma nova peculiaridade: no caso da condenação por voto de desempate, o contribuinte poderá ficar livre de juros e multa desde que quite o débito com a Receita em até 90 dias. Ao mesmo tempo em que o valor pago deve ser menor com a exclusão dos encargos, a expectativa é que mais contribuintes façam a opção pelo pagamento.

Além do fim da greve na Receita, outros três fatores podem auxiliar o **Carf** a atingir o volume desejado de julgamentos: neste ano, o órgão contará com 24 novos conselheiros (204 contra 180 em 2023), vai realizar sessões extras mensalmente e, em junho, pretende lançar um plenário virtual nos moldes do Supremo Tribunal Federal (STF), que permitirá a realização de julgamentos virtuais que envolvam créditos tributários de até R\$ 60 milhões.

"Os principais problemas acabaram. Agora é reorganizar a casa e dar continuidade ao nosso trabalho", afirmou Higino. Com todo o esforço que será feito pelo órgão, comentou, não deve haver dificuldades em cumprir as metas de julgamento e, conseqüentemente, elevar a arrecadação da União. "Com todo o tumulto, julgamos tudo isso no último ano. Por isso, acho que a gente vai julgar [o pretendido] este ano com tranquilidade." Para o mês de março, por exemplo, o **Carf** já convocou duas sessões extras por Seção. O presidente explicou que há diálogos com o sindicato da Receita para realizar julgamentos adicionais a fim de compensar a greve dos auditores. A ideia é convocar sessões extras mensalmente até o fim do ano.

Na proposta orçamentária, a Fazenda ainda prevê receber R\$ 43 bilhões por meio de transações tributárias. O **Carf** em pleno funcionamento, disse Higino, também vai auxiliar neste objetivo, já que a pauta de julgamentos pode priorizar teses passíveis de

negociação.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187801>

Alexandre Andrade, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), acredita que o aumento do número de julgamentos pode gerar surpresas positivas para a arrecadação da União. Ele ponderou, no entanto, que são receitas imprevisíveis, já que o contribuinte pode sempre recorrer ao Judiciário.

"Com a volta do voto de qualidade, instrumento que havia sido alterado em 2020, o potencial de arrecadação para a União é relativamente elevado. A única ressalva que faço é que o **Carf** representa uma instância administrativa, cabendo aos contribuintes que tiverem decisões não favoráveis no âmbito desse conselho recorrer à instância judicial", ponderou.

De acordo com Caio Quintella, ex-conselheiro do **Carf** e titular na Nader Quintella Consultoria, ainda que as falas do ministro da Fazenda indiquem um esforço para incrementar a arrecadação no contencioso, o **Carf** continua sendo um órgão técnico, com o dever de fundamentar suas decisões.

Para o tributarista, o aumento de condenações de contribuintes se justifica por dois elementos: a reintrodução do voto de qualidade e a inclusão em pauta cios seus maiores processos. "Ainda que reduzidos os julgamentos, a expressão econômica foi enorme." Segundo Bianca Rothschild, advogada do Mayer Brown, a primeira pauta de 2023 já trazia casos bilionários e com temas "empatáveis", como ágio, lucros no exterior e trava de 30%. A pauta de fevereiro discutia casos de R\$ 11 bilhões, acrescentou a advogada, e foram feitos muitos pedidos de retirada de processos, por causa da nova regra de desempate.

A diferença agora para o contribuinte, diante do empate, são os benefícios para fazer o pagamento, ressalta a advogada. "Talvez o encaminhamento de 2024 na liquidação dos processos seja um pouco diferente, com os contribuintes optando por usar os benefícios da transação", diz.

Para Mírian Lavocat, sócia do Lavocat Advogados, "imprimir celeridade na marcha interna do tribunal é elogiável, mas aprimorar os procedimentos internos não significa julgar favoravelmente à Fazenda Nacional com o propósito arrecadatório". "Julgar sem o propósito de realizar justiça fiscal é transformar o tribunal centenário em mero tribunal de referendo das autuações da Secretaria da **Receita Federal do Brasil**, o que não pode ser admitido pelos contribuintes."

"Com o voto de qualidade, potencial de arrecadação é relativamente elevado" Alexandre Andrade

Acabar com o Perse é como extinguir o Bolsa Família (Artigo)

Edson Pinto e Sylvio Lazzarini

Edson Pinto e Sylvio Lazzarini São, respectivamente, diretor executivo da Fhosp, presidente do SinHoRes, mestre em Direito pela PUC e autor do livro "Lavagem de Capitais e Paraísos Fiscais" (Editora Atlas); e diretor de Relações Institucionais da Fhosp, empresário do setor de serviços e graduado em Administração de Empresas, com especialização em Administração Rural e Estratégia Empresarial

No apagar das luzes de 2023, o governo federal anunciou ações para compensar perdas de arrecadação em razão da derrubada do veto presidencial ao fim da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia. Uma delas foi a extinção gradual do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos e Turismo (Perse), a partir de abril de 2024, conforme a Medida Provisória (MP) 1.202.

O Perse foi criado em 2021 para que o setor do turismo pudesse se recuperar dos prejuízos da pandemia de covid- 19. Desde a implementação, o programa permitiu, por cinco anos, a redução a zero das alíquotas do Programa de Integração Social (PIS), da Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ).

É o maior programa federal de transação fiscal e de geração de empregos. Em 2023, de cada dez postos de trabalho gerados no País, quatro foram em eventos e turismo.

A justificativa para acabar com o Perse recai, agora, na suspeita de utilização abusiva e na ideia de que o programa já teria cumprido o seu objetivo, pois o turismo teria, em tese, se recuperado antes do previsto.

A Federação de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares do Estado de São Paulo (Fhosp), em documento encaminhado, recentemente, ao Executivo federal, demonstra que o setor amargou perdas de faturamento, em média, de 51% em 2020 e de 29,5% em 2021, auge da crise sanitária.

São R\$ 540 bilhões e, ao menos, quatro anos e seis

meses para a recuperação.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por sua vez, defende dois caminhos: investigar o que aconteceu no passado; e "botar ordem" no programa, que teria excedido quatro vezes o esperado.

Nesse ponto, estamos todos de acordo. Se Haddad quer, de fato, organizar o Perse, a União tem mecanismos para tanto, como a Operação Perse, da **Receita Federal**, já deflagrada.

Se assim o fizer, o governo federal conseguirá, individualizando condutas, não cometer a injustiça de generalizar acusações contra um setor, majoritariamente, legalista e cumpridor de suas obrigações com o Fisco. O que não se pode concordar é que a União acabe com o Perse, sem justificativa concreta ou contrapartida adequada.

Por analogia: se o governo federal descobre desvios e ilícitos num programa social, como o Bolsa Família, por exemplo, ele deve, então, pôr fim ao subsídio e deixar à míngua milhões de pessoas? E não são poucos os relatos que nos chegam, via imprensa, de ocorrências nesse sentido.

Não se pode concordar que a União acabe com o programa sem justificativa concreta ou contrapartida

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 9

Publicado em 28/02/2024 - 06:48
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta quarta-feira (28) a parcela de fevereiro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 9.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 686,10. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 21,06 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,45 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família. O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 300 mil de famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras

estabelecidas. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Em compensação, 240 mil famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis com direito ao complemento de renda, mas que não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,29 milhões de famílias estão na regra de proteção em fevereiro. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 372,45.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta quarta-feira às famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 9. O valor caiu para R\$ 102, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,5 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-02/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-9>

Revisão da vida toda do INSS volta à pauta

Volta à pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) hoje a revisão da vida toda de aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Em dezembro de 2022, a Corte aprovou a tese que permite que aposentados revejam suas contribuições e optem pelo cálculo que mais lhes favoreça. No entanto, houve recurso da Advocacia-Geral da União (AGU) contra a decisão -que está sendo julgado agora.

para os aposentados que tenham contribuições anteriores a julho de 1994, para que possam optar pelo "valor" mais favorável.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/>

O placar quando da última suspensão, em dezembro de 2023, era de quatro votos favoráveis a manter a decisão de 2022 e três para anulá-la. Com mais de 10 ações na pauta de hoje, a decisão sobre a revisão da vida toda pode ser postergada novamente, segundo o jornal Folha de S.Paulo.

Além da fila de processos a serem analisados, pesa o fato de que, nesta retomada, todos os ministros deverão se manifestar, inclusive aqueles que já votaram, que poderão alterar suas posições. A exceção é Rosa Weber, que deixou registrado o voto antes de se aposentar.

A revisão da vida toda possibilita nova abordagem no cálculo das aposentadorias, considerando todas as remunerações do trabalhador, inclusive aquelas anteriores a julho de 1994, data quando foi implementado o Plano Real.

Basicamente, é um processo jurídico pelo qual os aposentados do **INSS** solicitam a inclusão de salários antigos, pré-Plano Real, no cálculo de suas aposentadorias.

Este direito é aplicável aos segurados aposentados há menos de 10 anos, desde que sob as regras anteriores à reforma da Previdência estabelecida pela emenda à Constituição 103 em 2019, e cujos benefícios tenham sido concedidos de acordo com a Lei 9.876 de 1999.

Reforma A controvérsia decorre das mudanças introduzidas pela reforma da Previdência de 1999. Antes, eram considerados para o cálculo do benefício só os salários dos 36 meses antes da aposentadoria. A partir de 1999 passaram a ser considerados todos os rendimentos. Mas foi criada regra de transição, que previa desconsiderar os salários antes da adoção do real como moeda, para evitar a complexa correção monetária sobre os planos econômicos anteriores.

No entanto, a tese aprovada pelo STF em dezembro de 2022 aceita a possibilidade de pedido de re-cálculo

STF pode julgar nesta quarta-feira recurso sobre 'revisão da vida toda' do INSS

Brasília

/
Gabriela Coelho, do R7, em Brasília

O STF (Supremo Tribunal Federal) pode julgar nesta quarta-feira (28) o recurso do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) sobre a chamada "revisão da vida toda" das contribuições à **Previdência Social**. O julgamento, marcado para 1º de fevereiro, tinha sido adiado mais uma vez devido à falta de tempo na sessão de Abertura do Ano Judiciário .

Agora, os ministros vão decidir se alteram uma decisão de 2022 do próprio Supremo. Na época, foi reconhecida a revisão da vida toda e permitido que aposentados que entraram na Justiça pudessem pedir o recálculo do benefício com base em todas as contribuições feitas ao longo da vida.

A "revisão da vida toda" permite aos segurados escolher a regra mais vantajosa para o cálculo da aposentadoria. Antes, só eram consideradas as contribuições a partir de julho de 1994, início do Plano Real, o que prejudicava os beneficiários que tiveram salários mais altos antes desse período.

Com a medida, toda a vida contributiva pode ser considerada no cálculo da aposentadoria e de outros benefícios do **INSS**, com exceção do auxílio-maternidade. A regra só vale para quem se aposentou nos últimos dez anos, desde que tenha dado entrada no pedido de aposentadoria antes da reforma da Previdência de 2019.

Em 1999, o Congresso Nacional mudou a forma de apuração dos salários para calcular a aposentadoria dos segurados do **INSS**. Até então, o cálculo era feito a partir da média dos 36 últimos salários de contribuição.

A reforma criou duas fórmulas para definir o benefício: uma transitória, para quem já era segurado, e a outra definitiva, para quem começou a contribuir a partir de 27 de novembro de 1999.

Nos dois casos, a média salarial passou a ser calculada sobre 80% das maiores contribuições. A diferença foi o marco temporal:

no caso de quem já era segurado, as contribuições feitas antes da criação do Real, em 1994, foram desconsideradas; e

para os novos contribuintes, o cálculo avalia os recolhimentos desde o início das contribuições.

Dezembro de 2022 - O STF decidiu a favor da tese da revisão da vida toda. Os ministros decretaram a possibilidade de que os segurados escolham a regra mais vantajosa para o cálculo da aposentadoria pelo **INSS**. O placar foi de 6 a 5 pela aprovação.

Fevereiro de 2023 - O **INSS** apresentou ao STF um pedido de suspensão de todos os processos de aposentadoria ligados à medida, até que a questão fosse transitada em julgado.

Fevereiro de 2023 - Moraes determinou ao **INSS** que apresentasse em até dez dias um planejamento de quanto tempo a autarquia federal precisaria para implementar os pagamentos da revisão da vida toda.

Abril de 2023 - O STF publicou o acórdão da revisão da vida toda do **INSS**. Com isso, a decisão final garante a correção no benefício aos aposentados e pensionistas que entrarem com uma ação.

Mai de 2023 - A AGU (Advocacia-Geral da União) recorreu da decisão do STF. O órgão entrou com um recurso, chamado de embargo de declaração, para esclarecer pontos da tese definida pelo Supremo, a fim de dar maior segurança jurídica aos pagamentos.

Julho de 2023 - Moraes determinou a suspensão do trâmite de todos os processos que tratam do tema até a publicação da ata de julgamento dos embargos de declaração, entre os dias 11 e 21 de agosto, no plenário virtual.

Agosto de 2023 - Zanin pediu vista (mais tempo para analisar o caso).

Novembro de 2023 - O julgamento foi retomado.

Dezembro de 2023 - Moraes pediu destaque e suspendeu o julgamento, que estava no plenário virtual. Quando ocorre pedido de destaque, a decisão é levada ao plenário físico da Corte e recomeça.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/stf-pode-julgar-nesta-quarta-feira-recurso-sobre-revisao-da-vida-toda-do-inss-28022024>

Dino não poderá votar na revisão da vida toda do INSS em julgamento no STF (Previdência)

O recém-empossado ministro Flávio Dino não poderá votar na ação de revisão da vida toda do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), que volta ao plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) nesta quarta-feira (28).

Dino está impedido de se manifestar porque Rosa Weber, ministra a qual sucedeu, já deu seu voto no processo que discute os embargos de declaração do governo contra a ação. Regra do Supremo proíbe que novos ministros se posicionem em casos como este.

O julgamento, no entanto, é incerto. Com mais de dez ações desta quarta, a decisão pode ser adiada novamente .

Além disso, uma ação de 1999 -que discute a constitucionalidade do fator previdenciário- pode ser entrave para a revisão. O processo 2.111 foi colocado na pauta pelo presidente da corte, Luís Roberto Barroso , após 25 anos à espera de uma resposta.

Neste caso -e no tema 2.110- Dino pode se manifestar, o que preocupa advogados que defendem a causa.

A revisão da vida toda é uma ação judicial na qual aposentados pedem para incluir no cálculo do seu benefício contribuições previdenciárias antigas, de antes de julho de 1994, para ter aposentadoria maior. A tese foi aprovada pelo STF em dezembro de 2022, por 6 votos a 5.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O que será julgado no plenário são os embargos de declaração -espécie de recurso para que se esclareça alguns pontos do julgamento- da AGU (Advocacia-Geral da União), que representa do **INSS** na Justiça.

Para tentar impedir uma reviravolta no processo, o Iprevid (Instituto Brasileiro de Estudos Previdenciários) protocolou pedido para que o advogado João Badari faça sustentação oral a respeito das ações 2.111 e

2.110.

A intenção é demonstrar que a questão em debate na revisão da vida toda não interfere na lei que criou o fator previdenciário, embora questione regra de transição aprovada na reforma da Previdência de 1999.

O **INSS** afirma que, se aprovada pelo STF, o instituto teria de revisar 88 milhões de benefícios, que são todas as aposentadorias concedidas entre 1999 e 2019. Além disso, diz que o gasto para pagar a correção estaria estimado em cerca de R\$ 300 bilhões.

Os altos valores são rebatidos por estudos anexados ao processo no Supremo. Um deles aponta que, segundo o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), há hoje no Judiciário 61.411 ações discutindo a revisão da vida toda.

Cálculos apresentados pelo Iprevid mostram que, embora cerca de 2,6 milhões de benefícios tenham potencial de serem atingidos pela correção, só 382,7 mil teriam realmente direito. O gasto para pagar os segurados ficaria em cerca de R\$ 3 bilhões.

É um processo judicial no qual os aposentados do **INSS** pedem para incluir salários antigos no cálculo da aposentadoria , pagos em outras moedas que não o Real.

O motivo pelo qual se discute o direito à correção é a aprovação da lei 9.876, de 1999, que criou o fator previdenciário e mudou a regra de cálculo da média salarial, base de cálculo da aposentadoria do **INSS**.

A reforma da Previdência do governo Fernando Henrique Cardoso trouxe regra de transição que beneficiou os novos segurados e prejudicou parte dos que já estavam no mercado de trabalho, contribuindo para o **INSS**.

Pela lei, quem se filiou à Previdência até 26 de novembro de 1999 tem a média salarial calculada com as 80% das maiores contribuições a partir de julho de 1994, quando o Plano Real passou a valer.

Mas quem passou a contribuir com o **INSS** a partir de 27 de novembro de 1999 e atingiu as condições de se aposentar até 12 de novembro de 2019 tem a média calculada sobre os 80% maiores salários de toda sua vida laboral -por isso, vida toda.

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/02/dino-nao-podera-votar-na-revisao-da-vida-toda-do-inss-em-julgamento-no-stf.shtml>

Governo Lula recua, desiste de CLT e reconhece motoristas de app como autônomos (Previdência)

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recuou da ideia inicial de enquadrar motoristas de aplicativo em três categorias profissionais -uma delas pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)- e enviará projeto de lei ao Congresso no qual reconhece esses trabalhadores como autônomos.

O enquadramento consta em uma minuta de regulação do setor, à qual a Folha teve acesso, que determina contribuição ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) de 7,5%, pagamento de hora de trabalho no valor de R\$ 32,09 e remuneração de ao menos o salário mínimo , hoje em R\$ 1.412.

Se aprovado pelos congressistas, a proposta de lei criará uma nova categoria profissional, a de trabalhador autônomo por plataforma, o que vai ao encontro de decisões judiciais do STF (Supremo Tribunal Federal), que enquadra a categoria como autônoma .

Os trabalhadores que usam motocicletas ficaram de fora das negociações, porque não se chegou a consenso com as empresas dessa área, mesmo após um ano de debates entre o MTE (Ministério do Trabalho), empresas de aplicativos, entregadores e sindicalistas.

Segundo a minuta elaborada na pasta comandada por Luiz Marinho e entregue ao Palácio do Planalto, os motoristas deverão recolher 7,5% de contribuição à **Previdência Social** sobre o salário recebido.

As empresas irão contribuir com 20% sobre a remuneração mínima do profissional, que irá corresponder a 25% da renda bruta.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

A hora mínima começará a ser cobrada a partir do momento em que o profissional aceitar a viagem, ou seja, pela hora trabalhada, e não pela hora logada, como queria a categoria.

Os R\$ 32,09 correspondem a R\$ 8,02 de retribuição pelos serviços prestados, e de R\$ 24,07 como ressarcimento dos custos do profissional.

MTE, Uber e 99 não responderam até a publicação desta reportagem. Procurada, a Amobitec (Associação de Mobilidade e Tecnologia), que representa aplicativos como Uber , 99 e iFood, entre outros, disse que só irá se manifestar quando houver a divulgação oficial da proposta.

A minuta do projeto de lei diz ainda que esse tipo de atividade profissional será regido pela nova lei desde que o serviço seja prestado "com plena liberdade para decidir sobre dias, horários e períodos em que se conectará ao aplicativo".

Há, no entanto, limite de horas de trabalho, de até 12 horas por dia. Segundo o projeto, a limitação tem como objetivo "assegurar a segurança e a saúde do trabalhador e do usuário".

A contribuição ao **INSS** será recolhida pela empresa responsável pelo aplicativo e destinada à **Previdência Social** todo dia 20 de cada mês.

Os dados do profissional deverão estar inscrito em sistema próprio da **Receita Federal**, provavelmente o eSocial, e as plataformas poderão sofrer fiscalização de auditores do trabalho.

Caso descumpram a lei, as empresas estarão sujeitas à multa no valor de cem salários mínimos, o que dá R\$ 141,2 mil neste ano. A remuneração do trabalhador será reajustada a cada ano, conforme o aumento do mínimo.

A minuta prevê também que haverá representação dos trabalhadores por entidade sindical da categoria profissional "motorista de aplicativo de veículo de quatro rodas" e as empresas intermediárias serão representadas por entidade sindical da categoria econômica específica.

As entidades terão como atribuição: negociação coletiva; assinar acordo e convenção coletiva; e representar coletivamente os trabalhadores e as

empresas nas demandas judiciais e extrajudiciais de interesse da categoria.

A advogada Adriane Bramante, especialista em Previdência e representante do conselho consultivo do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), diz que a contribuição ao **INSS** prevista no projeto é nova, ou seja, não há precedente previdenciário, o que indica a criação de uma nova categoria profissional.

Hoje, contribuintes individuais pagam alíquotas de 11% no plano simplificado ou de 20% no completo. A proposta, no entanto, não define quais são os benefícios previdenciários aos quais o profissional terá direito.

"A contribuição é nova e a cargo da empresa dona do aplicativo. A contribuição seria presumida para o motorista e, como ocorre hoje com contribuinte individual que presta serviço para outra empresa, será recolhida pela empresa", explica.

Segundo a minuta, a lei entrará em vigor 90 dias após aprovada.

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça

uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/02/governo-lula-recua-desiste-de-clt-e-reconhece-motoristas-de-app-come-autonomos.shtml>

Governo deve aprovar hoje nova queda de juros do empréstimo consignado para beneficiários do INSS

O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) se reúne nesta quarta-feira e deve aprovar mais um corte no teto dos juros do consignado para aposentados do **INSS** e idosos e pessoas com deficiência da baixa renda que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A taxa que está em 1,76% ao mês deverá cair para 1,72%, conforme propõe o ministro da Previdência, Carlos Lupi.

O teto dos juros na modalidade de cartão de crédito e cartão consignado benefício, hoje em 2,61%, também deve cair na mesma proporção. Uma vez aprovado no colegiado, onde o governo tem maioria, os novos percentuais começam a valer em oito dias úteis.

Desde que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), iniciou a trajetória de queda na taxa de juros básica da economia, em agosto do ano passado, Lupi trava uma disputa com os bancos no Conselho para reduzir o teto dos juros para os beneficiários do **INSS**.

O setor financeiro não concorda com a estratégia do ministro, mas seus representantes têm sido voto vencido no colegiado. Os bancos alegam que a taxa Selic não funciona como referência para empréstimos e que a consequência da medida é a queda na oferta da modalidade pelas instituições financeiras.

Como alternativa, os bancos propõem como referência para o consignado a taxa do DI (Depósito Interbancário), considerando o prazo médio de dois anos. Essa é uma metodologia usada para investimentos em renda fixa.

Segundo Tonia Galleti, coordenadora do departamento jurídico do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas e integrante do grupo técnico que estuda o tema, é possível que o colegiado aprove a sistemática sugerida pelos bancos na reunião. Segundo ela, seria uma fórmula mais alinhada ao mercado financeiro.

- Os cortes podem até continuar acontecendo. O que a gente está discutindo é a forma de se chegar ao

resultado adequado - afirmou Tônia, acrescentado que se prevalecer a posição dos bancos, o teto da taxa do consignado cairia para 1,75% ao mês.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/02/28/governo-deve-aprovar-hoje-nova-queda-de-juros-do-emprestimo-consignado-para-beneficiarios-do-inss.ghtml>

Imposto de Renda 2024: prazo para empresa entregar informe de rendimentos termina amanhã

Termina nesta quinta-feira o prazo para que empregadores, bancos e corretoras entreguem o informe de rendimentos referente ao ano de 2023. O documento é necessário para o preenchimento da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) de 2024, com prazo entre 15 de março e 31 de maio .

O informe fornecido por bancos e corretoras de valores deve detalhar os ganhos e todas as aplicações financeiras do cliente, como investimentos em renda fixa e ações. Já as empresas precisam incluir no documento todos os valores recebidos pelo contribuinte, como salários, bônus ou comissões.

Os informes podem ser disponibilizados pelo correio ou de forma virtual, por meio de e-mail, site ou intranet. Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) podem obter o documento no site ou aplicativo do Meu **INSS**.

A entrega do informe de rendimentos é obrigatória, tanto no caso de regime CLT, como aos contribuintes que possuem CNPJ, informou o head de auditoria interna e assuntos regulatórios da Contabilizei, Diego Zacaria dos Santos.

- O informe de rendimentos funciona como uma espécie de prova perante a **Receita Federal** sobre os rendimentos que uma pessoa obteve durante o ano anterior. [...] Qualquer informação preenchida incorretamente ou qualquer dado incompleto pode trazer dor de cabeça junto à **Receita Federal**.

Caso a empresa descumpra a regra ou se o documento recebido conter informações erradas, a instituição estará sujeita ao pagamento de uma multa equivalente a R\$ 41,43 por cada informe, disse Samir Nehme, vice-presidente de Política Institucional do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ).

Uma das alternativas para o contribuinte que não recebeu o informe a tempo é usar a declaração pré-preenchida. Neste modelo, a Receita já inclui dados de rendimentos e salários a partir de cruzamentos com diferentes fontes de dados.

Quem deve declarar IR 2024 ?

As regras para o IR deste ano ainda não foram divulgadas pelo Fisco. No entanto, de acordo com Nehme, o perfil do contribuinte segue o mesmo do ano passado, apesar da mudança na faixa de isenção anunciada pelo governo federal .

Veja abaixo quem deve declarar, segundo os especialistas:

*Estagiária sob supervisão de Danielle Nogueira

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/02/28/imposto-de-renda-2024-prazo-para-empresa-entregar-informe-de-rendimentos-termina-amanha.ghtml>

Entenda medidas do governo para facilitar o crédito consignado para trabalhadores do setor privado

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou na terça-feira que pretende facilitar a contratação de empréstimos consignados para trabalhadores do setor privado, reduzindo a intermediação entre bancos e trabalhadores. Nesse modelo, há desconto automático na folha de pagamento. Esse segmento, hoje, tem a menor fatia da modalidade de crédito para a pessoa física que tem a menor taxa de juros, por conta da segurança da operação.

O GLOBO apurou como será a proposta do governo.

O projeto, que está sendo desenvolvido pelos ministérios da Fazenda e do Trabalho e a Caixa Econômica Federal, prevê a criação de um portal, no qual os trabalhadores com carteira assinada poderão se inscrever e escolher a instituição financeira em que desejam tomar o empréstimo, de acordo com a taxa oferecida e o prazo de pagamento.

Atualmente, o trabalhador só pode contratar a operação com o banco no qual a empresa tem convênio pré-acordado. Com o novo sistema, isso vai acabar.

A plataforma que está sendo desenvolvida pelo governo trará o ranking das taxas cobradas pelos bancos. Como já funciona com o FGTS Digital, haverá um link com o e-Social, administrado pela Caixa, que permitirá a todos os trabalhadores - inclusive os domésticos - contratarem consignado diretamente dessa plataforma, sem a necessidade de a empresa ter um convênio firmado com o banco.

Os empregadores poderão incluir na guia de recolhimento do e-Social o valor da parcela, descontado do contracheque, e o sistema fará a transferência automática para os bancos credores, explicou um técnico a par das discussões.

Na segunda fase do projeto, será possível fazer a portabilidade, ou seja, migrar o empréstimo para outro banco com taxa mais em conta.

As linhas gerais do projeto já foram apresentadas a representantes do setor financeiro, que aprovam a medida, desde que o produto seja bem desenhado e

tenha segurança, disse uma fonte do mercado.

A plataforma valerá para todas as empresas e empregados celetistas, mas deve beneficiar, por exemplo, trabalhadores de pequenos e médios negócios. Empresas desse porte têm menos volume e capilaridade para firmar acordos com bancos para que seus funcionários contratem empréstimos.

Dados do Ministério do Trabalho mostram que mais da metade do estoque de assalariados está concentrada em empresas com até 99 trabalhadores.

O governo avalia que os principais beneficiados serão de baixa renda. Dados apontam que 37 milhões de trabalhadores ganham até R\$ 2.720 por mês.

Criada em 2003, no início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o crédito consignado tem juros mais baixos graças ao baixo risco da operação, pois o valor das prestações é descontado no contracheque e repassado aos bancos pelos empregadores.

Segundo os últimos dados disponíveis no Banco Central (BC), em dezembro, a taxa média cobrada no consignado dos trabalhadores do setor privado era de 2,73% ao mês - acima dos juros para **servidores públicos**, de 1,77%, e dos aposentados do **INSS**, de 1,78%.

Contudo, a avaliação do governo é que a burocracia prejudica o acesso dos trabalhadores do setor privado ao consignado, diferentemente de **servidores públicos** e aposentados e pensionistas do **INSS**, além de idosos e deficientes da baixa renda que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que contam com sistema unificado.

Além de automatizar a concessão do consignado para os trabalhadores do setor privado, o governo estuda ampliar a margem de consignação (o que pode ser descontado do salário) de 30% para 35%. Ou seja, seriam adotados os mesmos parâmetros hoje existentes para os **servidores públicos** e beneficiários da **Previdência Social**.

No futuro, a plataforma seria estendida aos funcionários públicos.

Também está sendo estudada a possibilidade de o trabalhador dar o FGTS como garantia em caso de demissão sem justa causa para quitar ou amortizar o saldo devedor. A taxa cobrada da categoria é elevada em relação aos servidores e aposentados do **INSS**, justamente pela falta de estabilidade. Mas ainda não há decisão tomada.

O economista Miguel de Oliveira, diretor da Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac), disse que o consignado para os trabalhadores do setor privado é "engessado e caro" em comparação ao dos **servidores públicos** e aposentados. Segundo ele, a modalidade precisa ser aperfeiçoada.

- Essa nova ferramenta parece ser muito interessante, principalmente se ela induzir à concorrência, atualmente restrita - disse Oliveira, ressaltando que as taxas podem cair se for autorizado o uso do FGTS como garantia. - No mundo inteiro é assim, quanto mais garantia, menor o risco e maior a concessão.

Os dados do BC revelam ainda que as novas operações de consignado para os trabalhadores do setor privado caíram de R\$ 27,7 bilhões em 2022 para R\$ 18,2 bilhões no ano passado. Houve um pico de R\$ 9,4 bilhões em outubro de 2022, relacionado ao consignado para os beneficiários do Bolsa Família, que foi extinto pelo atual governo em função do risco de endividamento dessas famílias.

No caso dos **servidores públicos**, as concessões subiram de R\$ 90 bilhões para R\$ 94,7 bilhões no mesmo período. Já no caso dos aposentados do **INSS**, houve queda de R\$ 2,7 bilhões, mas isso seria consequência das restrições à modalidade adotadas pelas instituições financeiras após as reduções no teto do juros patrocinadas pelo Ministério da Previdência.

De acordo com dados do setor financeiro, a carteira de consignado para os trabalhadores celetistas representa cerca de 11% do saldo total da modalidade, de R\$ 626 bilhões. Há um grande potencial com a redução da burocracia e custos para as empresas, disse um interlocutor do setor.

Procurados, os ministérios em questão não quiseram comentar o projeto, alegando que ainda depende de negociações com todos os envolvidos.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/02/28/entenda-medidas-do-governo-para-facilitar-o-credito-consignado-para-trabalhadores-do-setor-privado.ghtml>

Ex-servidores vão receber R\$ 713 milhões de FGTS

ALESSANDRA MELLO

O governo de Minas Gerais terá que pagar R\$ 713,6 milhões em Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para cerca de 100 mil ex-servidores efetivados pela Lei Complementar 100/2007, exonerados em 2014 por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou inconstitucional essa legislação por ferir a regra do concurso público. O valor vai ser pago pelo governo em 48 parcelas conforme acordo firmado com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para regularização das dívidas de FGTS do estado com esses trabalhadores. Assinado no final de dezembro, o acordo estabelece que o estado não pode atrasar as parcelas por mais de três meses, sob pena de rescisão, e tem que renunciar a todos os recursos e embargos feitos nas ações que cobram do governo esses valores.

Esses ex-servidores, a maioria deles da área da educação, foram efetivados como funcionários públicos estáveis por meio de uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa proposta pelo então governador Aécio Neves (PSDB), que comandou o estado entre 2003 e 2010. Após a decisão do STF, eles foram exonerados e não receberam os valores devidos do FGTS em caso de demissão.

Em 2016, o governo do estado foi notificado pelo Ministério do Trabalho para quitar o FGTS, mas recorreu da decisão. Ao mesmo tempo, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-Ute) ajuizou ações individuais e coletiva exigindo o pagamento. Em 2021, a PGFN e a Caixa Econômica Federal propuseram ações de execução fiscal contra o estado cobrando também esses valores. No fim do ano passado, o governo de Minas, por meio da Advocacia-Geral do Estado (AGE) e das Secretarias de Estado da Fazenda e da Educação, acabou assinando um termo de transação se comprometendo a quitar esse valor de maneira parcelada.

Os pagamentos já começaram a ser feitos. Para receber, o ex-servidor desligado, que não recebeu esses valores por meio de ações individuais, deverá requerer os valores por meio do canal criado por determinação do termo de transação, cujo endereço é sgp.atendimen-tofgts@educacao.mg.gov.br. Ele receberá uma chave para sacar presencialmente em qualquer agência da Caixa. Idosos acima de 70 anos,

portadores de doenças graves, pessoas de baixa renda, desempregados há mais de três anos e familiares de beneficiários já falecidos podem sacar pelo aplicativo.

A coordenadora-geral do Sind-UTe, Denise Romano, disse que a entidade sempre alertou os governos de que o FGTS era devido a esses trabalhadores demitidos após a decisão do STF. "Mas ninguém nos ouviu. Nós, inclusive, propusemos várias ações individuais e coletivas fazendo essa cobrança. Mas o que salta aos olhos nesse processo é a tentativa do governo de esconder as tratativas que estavam sendo feitas no âmbito do estado. O governo se manifestava nos processos dizendo que o servidor não tinha direito e negociava administrativamente esse acordo, feito sem o conhecimento da entidade e sem nenhuma transparência", afirma a dirigente. A Secretaria de Estado da Educação foi procurada pela reportagem, mas não quis se manifestar.

entenda

A Lei 100/2007 efetivou sem concurso público cerca de 98 mil servidores designados da educação e alguns funcionários da parte administrativa da Assembleia Legislativa de Minas. Nos corredores da Casa, na época da aprovação, era forte o argumento de que o projeto seria inconstitucional, mas a orientação do Executivo, de aprovar o texto, foi seguida à risca. Cinco anos depois, a lei foi questionada no STF em ação direta de inconstitucionalidade assinada pela Procuradoria Geral da República (PGR), sob alegação de violação dos princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade e obrigatoriedade do concurso público. O argumento foi acatado pelo STF, que determinou a demissão de todos, preservando apenas os já aposentados ou os que passaram por concurso público posterior à aprovação da lei.

100 MIL

NÚMERO DE SERVIDORES QUE FORAM EFETIVADOS SEM CONCURSO PÚBLICO EM 2007

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Alternativa ao saque-aniversário

O trabalhador da iniciativa privada poderá realizar empréstimos consignados a partir da plataforma digital do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (**FGTS**), anunciou ontem o ministro do Trabalho, Luiz Marinho.

A medida servirá como alternativa para o **saque-aniversário** do **FGTS** e serve para diminuir a pressão contrária de bancos e da Fazenda, que temem que a extinção da modalidade possa restringir o acesso a crédito e prejudicar a economia.

Os bancos oferecem empréstimos garantidos pelos valores do **saque-aniversário**. Marinho afirmou que um projeto encerrando a modalidade será enviado ao Congresso Nacional em março.

O governo federal tenta viabilizar o fim do **saque-aniversário** desde o ano passado, com o envio do projeto ao parlamento sendo adiado sucessivamente diante das resistências dos parlamentares em acabar com uma medida aprovada na gestão passada.

"Já despachei com [o presidente] Lula, já temos autorização. Agora dependemos dos detalhes finais com colegas do Ministério da Fazenda, de governo, para encaminhar projeto de lei. Espero que o Congresso tenha sensibilidade de aprovar o projeto", disse Marinho.

Hoje, o trabalhador que opta pelo **saque-aniversário** deixa de ter direito ao saque dos valores do **FGTS** na demissão, tendo direito apenas à multa de 40% sobre o **FGTS** pago pela empresa, o que é negativo na visão de Marinho. "Uma das funções [do **FGTS**] é trazer a proteção ao desemprego. Com **saque-aniversário**, não pode sacar o saldo sendo que foi pensado como poupança para caso de desemprego", apontou o ministro.

De acordo com ele, há cerca de R\$ 20 bilhões no **FGTS** que poderiam ter sido sacados por trabalhadores demitidos que optaram pelo **saque-aniversário**. Desse total, cerca de R\$ 15 bilhões estão comprometidos como garantias para empréstimos bancários.

O restante, cerca de R\$ 5 bilhões, poderá ser sacado pelos cotistas do **FGTS** que estão nessa situação, revelou Marinho. A medida vale para quem tiver sido demitido desde abril de 2020.

Relembra O **saque-aniversário** foi criado em 2019 no governo Jair Bolsonaro (PL) e efetivado em abril de

2020. O empréstimo consignado para os trabalhadores da iniciativa privada substituirá o **saque-aniversário** como fonte de recursos para o trabalhador.

O consignado foi criado em 2003 durante o primeiro governo do presidente Lula. Ele é praticado principalmente por **servidores públicos** e pensionistas.

De acordo com Marinho, a modalidade nunca pegou na iniciativa privada porque dependia de convênios dos recursos humanos das empresas com as instituições financeiras para serem viabilizados, o que não aconteceu.

Agora, quem tem recursos no **FGTS** poderá realizar o empréstimo diretamente através da plataforma digital do fundo.

FGTS digital Isso será possível porque em março começa a funcionar o **FGTS** Digital. Nele, as empresas lançarão os valores de **FGTS** através do e-Social, eliminando a necessidade de usar sistemas diferentes para que o setor privado preste informações ao governo federal.

A nova plataforma permite que o empregador utilize o Pix para recolher o **FGTS**. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, o **FGTS** Digital reduzirá a burocracia para os empregadores e melhorará a confiabilidade no sistema, ao agilizar a conversão dos depósitos no saldo individual da conta do trabalhador.

Ao todo, 4,5 milhões de empregadores vão usar a plataforma para gerir os dados de mais de 50 milhões de trabalhadores.

"O **FGTS** digital traz grande modernização e eficiência. O trabalhador terá maior transparência e [o sistema] dá mais eficiência à fiscalização e traz para as empresas uma economia de horas para executar o trabalho", avaliou Marinho (Da Folhapress e Agência Brasil).

4,5 MILHÕES DE EMPREGADORES VÃO USAR A NOVA PLATAFORMA

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

A maior dívida social do Brasil (Editorial)

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo e nada expõe mais essa desigualdade do que o acesso à água e ao esgoto.

Segundo o Censo do IBGE, com dados de 2022, quase 50 milhões de brasileiros, 1/4 da população, não têm coleta de esgoto. Quase 40 milhões despejam seus dejetos em fossas rudimentares ou buracos e cerca de 4 milhões em rios, lagos ou no mar. Mais de 6 milhões de brasileiros não têm acesso à água e dependem de caminhões-pipa ou água da chuva, rios ou açudes sem o devido tratamento.

Mas o problema pode estar subestimado: pelos critérios do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, de 2022, são 93 milhões de brasileiros (44%) sem coleta de esgoto e 33 milhões (15%) sem água tratada.

Os números do IBGE escancaram ainda a desigualdade regional. No Norte e no Nordeste, respectivamente, só 46% e 58% da população têm coleta de esgoto.

Para adicionar insulto à injúria, 1,2 milhão de crianças, segundo o Censo Escolar do Inep, estudam em colégios sem acesso à água potável.

Além da incidência de doenças relacionadas diretamente à exposição a ambientes sem saneamento (leptospirose, disenteria, tifo, cólera), a falta de saneamento impacta o meio ambiente, a produtividade do trabalho, o rendimento escolar, os valores imobiliários e o turismo.

Segundo o Instituto Trata Brasil, a universalização do saneamento básico proporcionaria um retorno de R\$ 1,125 trilhão nas próximas duas décadas.

Essa tragédia humanitária não é uma consequência natural da realidade socioeconômica do Brasil - o saneamento no País está bem abaixo da média de outros países de renda média-alta e mesmo de renda média. Portanto, é só incúria, pura e simples, do poder público.

Diferentemente de outros setores - como energia, telecomunicações e, em alguma medida, transportes -, que foram transformados por reformas que abriram os mercados nos anos 90, o saneamento permaneceu por mais duas décadas sob o modelo do monopólio estatal, à mercê da voracidade clientelista e corporativista. Não é uma coincidência que justamente

nos Estados do Norte e Nordeste, onde esse modelo prevalece, o saneamento é mais periclitante.

O Marco do Saneamento, aprovado em 2020, buscou reverter esse quadro, definindo metas para a universalização, obrigando a licitação para a escolha dos prestadores, garantindo mais segurança jurídica à privatização das companhias estaduais, estimulando a prestação regionalizada de serviços e conferindo à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) o papel de padronizar a regulação e a fiscalização dos serviços.

Os resultados já se fazem sentir. Segundo as projeções da Carta de Infraestrutura da consultoria Inter.B, os investimentos totais em saneamento, que em 2022 somaram R\$ 21,1 bilhões, devem chegar em 2024 a R\$ 30,4 bilhões. A concorrência do setor privado deu inclusive um impulso ao investimento de algumas grandes empresas estatais. Ainda assim, para universalizar os serviços até 2033, será preciso atingir uma média anual de R\$ 50 bilhões.

Tudo isso apesar dos tremores causados pelas tentativas do atual governo, frustradas pelo Congresso, de reverter as regras do Marco, restaurando privilégios obscenos e inconstitucionais das estatais.

Ainda há muito a fazer. A ANA ainda precisa regulamentar o sistema de prestação regional que viabilizará o chamado modelo "filé com osso" de contratos casados entre grandes municípios altamente rentáveis (o filé) e aqueles desprovidos de capacidade técnica e financeira (o osso). O Congresso ainda precisa regulamentar os regimes de exceção na **reforma tributária**, com o potencial de reduzir tarifas de serviços essenciais, como o saneamento. Investimentos mais substantivos podem ser destravados com formatos bem estruturados de concessões, PPPs ou venda de participação acionária. Fundamental é uma política fiscal crível e sustentável para melhorar a nota do País junto às agências de classificação de risco.

São medidas que devem estar no rol de prioridades máximas dos Três Poderes, nas instâncias federal, estaduais e municipais, se esta geração quiser sanar a maior chaga civilizacional da história brasileira.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Definição de itens da cesta básica tem disputa intensa no Congresso

LUIZ GUILHERME GERBELLI ANNA CAROLINA PAPP

A composição dos itens que farão parte da nova cesta básica nacional, com imposto zero, provocou uma disputa entre setores e entidades empresariais nos bastidores do Congresso Nacional, que terá a missão de regulamentar a **reforma tributária** promulgada em dezembro do ano passado. Um dos principais embates, segundo apurou o Estadão, deve se dar entre os setores de produtos in natura e industrializados.

A **reforma tributária** terá de ser regulamentada por uma série de leis complementares, e uma delas vai tratar de quais produtos vão compor a cesta básica nacional isenta - com o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) zerado -, o que tem gerado uma corrida dos setores para figurar nessa lista.

"Vai ter uma guerra de lobby aqui dentro (do Congresso)", diz o deputado Pedro Lupion (PP-PR), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), bancada que reúne 354 parlamentares, sendo 304 deputados e 50 senadores.

A lista dos produtos que vão compor a cesta básica é discutida por um grupo de trabalho.

Depois de definida por esse colegiado, que levará em conta critérios como questões nutricionais, terá de passar pela Comissão de Sistematização - responsável por coordenar os grupos, com representantes da União, Estados e municípios - e ainda pelo aval do governo.

"O que preocupa mais é o aumento de custo (dos itens que ficarem de fora)", afirma Lupion, que defende que produtos in natura sejam priorizados na nova cesta, com destaque para as proteínas animais. "A questão envolvendo a cesta básica foi uma briga que tivemos para ter uma cesta plausível, que seja condizente com a nutrição humana, sem exceções; um número reduzido de itens, mas que seja do campo à mesa." Nessa corrida, 31 associações do setor agropecuário já enviaram uma lista, à qual o Estadão teve acesso, com sugestões de mais de 40 itens. Nela, constam produtos como bolos, chás, barras de cereais, creme de leite e cacau em pó (mais informações no quadro ao lado).

O setor supermercadista também está prestes a enviar uma proposta. "Estamos participando dos grupos de trabalho para debater a cesta básica.

Vamos levar as propostas na próxima semana", diz João Galassi, presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras). "Estamos construindo a nossa proposta de cesta básica ouvindo a todos." **AMPLA NEGOCIAÇÃO.** A preocupação do governo com a regulamentação da nova cesta básica nacional, portanto, é evitar excessos e uma lista muito extensa de itens - o que vai exigir ampla negociação política.

*

Lista

Os itens propostos pela

frente do agro para a cesta

I Achocolatado

I Açúcar

I Amidos de milho de batata e de mandioca

I Arroz

I Azeite

I Banha de porco

I Barras de cereais

I Biscoitos

I Bolos

I Cacau em pó

I Café

I Carne bovina

I Carne de aves

I Carne suína

I Chá

I Xarope de guaraná ou de açaí

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

I Complemento alimentar

I Creme de leite

I Doces de frutas em massa ou pasta

I Embutidos

I Farinha e fécula derivadas de cereais, raízes e tubérculos

I Farinha láctea

I Feijão

I Fórmulas infantis

I Frutas

I Fubá, sêmola e semolina de milho

I Goma e fécula de mandioca

I Infusões

I Iogurtes

I Legumes e verduras higienizados

I Leite condensado

I Leite e derivados

I Manteiga

I Margarina

I Massas alimentícias

I Molhos preparados e condimentos

I Óleos vegetais

I Ovos inteiros ou crus

I Pães

I Pescados

I Queijos

I Sal

I Suco de frutas integral

I Trigo

Yellen diz que crescimento global será maior

JULIANA CAUSIN juliana.causm@sp.oglobo.com.br SÃO PAULO

Em São Paulo para participar de encontros do G20, a secretária do Tesouro americano, Janet Yellen, afirmou que a economia global tem crescido além do previsto, com impulso dos EUA, e que o país apoia as agendas do Brasil na presidência do G20. Ela participou de evento, ontem, na Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham).

Entre as medidas apoiadas pelos EUA, ela citou os planos do Brasil de criar um fórum para que os países africanos possam sentar às mesas internacionais para renegociar dívidas. Um dos pleitos de Haddad para o G20 é justamente a reforma no FMI, para aumentar o peso de países emergentes na instituição. O governo também estuda propor a criação de uma Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, com fundo de US\$ 79 bilhões (R\$ 393,48 bilhões).

- Vamos avançar com as prioridades do Brasil para a Presidência do G20 ao longo deste ano, incluindo seu foco em abordar a desigualdade e a pobreza, o que se alinha com nosso trabalho para alcançar pessoas e lugares que foram muitas vezes deixados para trás - afirmou Yellen.

INFLAÇÃO CONTROLADA

A secretária ainda parabenizou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pela aprovação da **Reforma Tributária** "histórica" e acrescentou que o texto facilita a realização de negócios no país. A secretária do Tesouro veio ao Brasil para reuniões de ministros de Finanças e chefes dos Bancos Centrais do G20. Depois, ela irá cumprir agenda no Chile.

- É vital que o Brasil crie condições para que o setor privado invista e eu parabenizo o ministro Haddad e o Brasil por conquistar a aprovação de uma **Reforma Tributária** histórica. Isso vai facilitar a realização de negócios no país, inclusive para companhias americanas que queiram investir.

Ela acrescentou que a reforma é "uma oportunidade para o Brasil ficar mais integrado à cadeias globais de valor" e disse que os EUA serão um parceiro nessa tarefa.

Sobre a economia global, Yellen lembrou que o Fundo Monetário Internacional (FMI) projetava desaceleração generalizada em 2023 e que isso não se concretizou.

Também destacou o arrefecimento da **inflação** em 80% das economias no mundo e que é preciso monitorar "cuidadosamente os desafios econômicos em certos países", ressaltando o papel dos EUA no desempenho global: -Durante o ano passado, o crescimento global foi resili-ente e mais forte do que o previsto. O caminho dos EUA para um pouso suave sustentou o crescimento global.

A secretária ponderou que a economia americana não deve crescer nos mesmos níveis do ano passado - quando **PIB** avançou 3,1% -, mas que ainda assim terá "crescimento significativo".

Entre elementos positivos do desempenho econômico americano, ela citou o controle maior da **inflação**, convergindo para a meta, enquanto o mercado de trabalho dos EUA retorna aos níveis pré-pandemia.

- Embora existam riscos para nossa perspectiva, o crescimento dos EUA tem consistentemente superado as projeções. Nós não ficaríamos surpresos se o mesmo acontecer neste ano. Certamente não estamos esperando recessão.

A secretária acrescentou que tratará, no país, da possibilidade de um acordo bilateral para proteção da Amazônia que, segundo ela, "traz uma série de oportunidades para o setor privado", incluindo para companhias americanas.

Sítio: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Yellen elogia reforma tributária e destaca Brasil na transição verde

Anais Fernandes e Pedro Borg De São Paulo

No Brasil para participar dos encontros do G20, a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, elogiou a aprovação da **reforma tributária** no país, disse que ele está bem posicionado para a transição verde e colocou os EUA à disposição para ajudar o Brasil a se integrar mais às cadeias globais.

"Parabenizo o ministro [da Fazenda, Fernando] Haddad e o Brasil pela realização de uma **reforma tributária** verdadeiramente histórica. Isso melhorará a facilidade de fazer negócios aqui, inclusive para as empresas americanas que desejam investir", afirmou Yellen ontem durante evento da Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil) em São Paulo. Haddad também participaria, mas não pode comparecer após ser diagnosticado com covid. Em seu lugar, compareceu a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, Marina Silva.

À tarde, Yellen e Haddad realizaram uma reunião bilateral virtual, em que discutiram a forte relação entre os países e exploraram oportunidades de cooperação em objetivos comuns de crescimento inclusivo e sustentável, além do combate às alterações climáticas, informou a assessoria do Tesouro americano em nota. "Os Estados Unidos aguardam com expectativa um ano produtivo de envolvimento com o Brasil no G20", diz.

No evento da Amcham, Yellen afirmou ser vital que o Brasil crie condições para que o setor privado invista e cresça.

Para a secretária, o país está particularmente bem posicionado para a transição global à neutralidade de carbono, considerando, por exemplo, a vantagem de uma rede energética que já se baseia em grande parte em energias renováveis. "Existem oportunidades significativas para o setor privado, incluindo as empresas americanas, em toda a economia verde do Brasil, desde o fomento adicional da sua transição para energia limpa até investimentos na indústria de alimentos e cosméticos à base de plantas", exemplificou.

Há também, segundo ela, uma enorme oportunidade para o Brasil se tornar mais integrado às cadeias de valor globais, "e os Estados Unidos serão um forte

parceiro do Brasil nesse esforço", disse.

Medidas no sentido de endereçar tarifas externas elevadas e avançar na adoção de códigos e normas da OCDE, por exemplo, poderiam tornar o Brasil ainda mais atraente para os investidores estrangeiros, "criando oportunidades adicionais para ambas as nossas economias", disse Yellen. A

própria transição energética, apontou, vai exigir aportes sólidos em infraestrutura e tecnologia, gerando oportunidades tanto para o Brasil quanto para os EUA.

Yellen disse esperar que o Brasil, como parceiro da administração de Joe Biden, colabore com as iniciativas para cadeias de suprimentos limpas. "Há muitos programas que o governo Lula lançou para promover investimentos em energia limpa e acho que há um grande papel para a Amcham, de informar as empresas", disse Yellen a Abrão Neto, CEO da Amcham, que mediou o debate. Na ocasião, a Amcham apresentou a Yellen e Marina uma série de propostas para aprofundar as relações Brasil-EUA, com foco em economia de baixo carbono, cadeias de fornecimento, comércio e investimentos.

A uma plateia de empresários Yellen afirmou ainda que os EUA estão empenhados em iniciativas multilaterais na região. Ela mencionou o trabalho do brasileiro Ilan Goldfajn à frente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que "tem liderado reformas importantes e abrangentes", inclusive "para posicionar a instituição para melhor apoiar o crescimento do setor privado da região para alimentar a transição verde", disse.

"Os EUA, juntamente com outros acionistas, esperam concluir um aumento de capital para o braço do setor privado do BID no próximo mês", acrescentou.

Sobre a economia americana, Yellen disse que ela dá sinais de resiliência e não deve enfrentar uma recessão neste ano, ainda que o crescimento de 2024 possa ser menor do que o de 2023. "Espero, sim, um crescimento sólido", afirmou.

Ela ressaltou que, mesmo em um cenário de mercado de trabalho aquecido, a **inflação** está convergindo para a meta, algo que deve se manter neste ano. "Sou muito otimista com a economia americana no restante

do ano", disse.

Segundo Yellen, os resultados mostram que a fonte da **inflação** recente foi a pandemia e seus efeitos. "Estamos comprometidos em reduzir ainda mais a taxa de **inflação**", afirmou.

Com boas perspectivas para 2024, os EUA estão agora concentrados no crescimento a longo prazo, segundo Yellen.

"Estamos muito satisfeitos com as respostas", disse a secretária sobre a tríade de leis do governo Biden para incentivar investimentos em infraestrutura, indústria e energia limpa - Bipartisan Infrastructure Law, CHIPS and Science Act e Inflation Reduction Act.

Yellen falou em uma agenda econômica moderna pelo lado da oferta, o que, segundo ela, "é sobre fazer investimentos públicos inteligentes e bem focados" para impulsionar também os privados.

A secretária abordou ainda os reflexos dos conflitos atuais na economia global, minimizando os impactos econômicos da guerra na Faixa de Gaza e reforçando os apelos para que a Câmara dos Representantes dos EUA aprovem novo pacote de ajuda à Ucrânia.

Ao abordar o conflito no Oriente Médio, Yellen ressaltou pedidos recentes feitos ao primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, para que o país libere recursos da Autoridade Palestina e restabeleça a permissão para que pessoas que vivem na região possam trabalhar em Israel. "O Tesouro está preocupado com a economia de Israel e a da Cisjordânia. Escrevi ao primeiro-ministro para falar sobre minhas preocupações", disse Yellen.

Questionada sobre o uso de ativos russos congelados no contexto da guerra na Ucrânia, uma discussão que começa a avançar na Europa, mas ainda não ganhou tração nos EUA, Yellen disse que, no caso americano, qualquer ação de confisco ou uso de ativos russos requer uma nova legislação e que o assunto precisa ser discutido em conjunto com parceiros do G7.

Marina também abordou o contexto de guerras. "É praticamente indizível o que está acontecendo no mundo. Obviamente, todos nós queremos a paz", afirmou.

Ela acrescentou que o não enfrentamento da questão climática também pode ser um vetor de instabilidades, por exemplo, "se não formos capazes de ter suprimento de alimento com preços acessíveis para os povos do mundo". "Nesse sentido, o Brasil é um país que pode ajudar, desde que o mundo reduza as emissões e nós façamos o dever de casa para evitar

que a gente vire um deserto", afirmou.

Marina disse que as "vantagens comparativas" do Brasil para a transição verde não podem ser vistas apenas como "vantagens competitivas". "É um esforço de pegar nossas vantagens comparativas e trabalhar no terreno da colaboração", disse, citando "vantagens colaborativas".

"É praticamente indizível o que está acontecendo no mundo"

Marina Silva

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187801?page=2§ion=1>

Janet Yellen elogia a reforma tributária

São Paulo - A secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, disse que vê oportunidades enormes para o Brasil se integrar mais às cadeias de oferta globais, mas afirmou que é vital que o Brasil crie as condições para que o setor privado invista e cresça.

Yellen elogiou o que ela chamou de **reforma tributária** "verdadeiramente histórica" do Brasil, dizendo que isso facilitará que empresas norte-americanas e outras busquem fazer negócios no Brasil.

Elogiando os 200 anos de relações diplomáticas formais entre os EUA e o Brasil, Yellen disse que os laços econômicos bilaterais são sustentados por valores compartilhados e pela força atual de cada uma das duas economias.

Yellen tem sido uma grande defensora da redução da dependência dos EUA das cadeias de oferta chinesas por meio de um trabalho mais próximo com os aliados dos EUA - e o Brasil é um componente fundamental para esse movimento.

Ela disse que os EUA serão um parceiro forte para o Brasil, mas afirmou que este ainda precisa lidar com as tarifas externas altas e com a adoção dos códigos e padrões da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Fazer isso, disse ela, tornaria o Brasil "ainda mais atraente para os investidores estrangeiros, criando oportunidades adicionais para ambas as nossas economias".

Yellen disse que o Brasil também está particularmente bem posicionado para se beneficiar da transição global para a neutralidade de carbono, devido a uma rede de energia já amplamente baseada em energia renovável, o que seria um ativo importante à medida que as economias de todo o mundo internalizam cada vez mais o custo do carbono na produção.

Ela disse que há "oportunidades significativas" para as empresas dos EUA e de outros setores privados na economia verde do Brasil, incluindo a transição para a energia limpa e o investimento em alimentos à base de plantas e indústrias de cosméticos. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-28-02-2024/>

Empresários preveem aumento da receita no ano

JULIANA SODRÉ

Pesquisa realizada pela Câmara Americana de Comércio (Amcham Brasil), denominada "Plano de Voo Amcham 2024", revela que 93% dos grandes e médios empresários acreditam no crescimento da receita e quase metade aposta em um aumento acima de 15%. Realizada entre os dias 3 e 18 de janeiro deste ano, a sondagem foi feita com 775 líderes empresariais, entre CEOs, sócios e diretores de diversas áreas de todo o País.

Para o gerente regional da Amcham Minas Gerais, Douglas Arantes, se em 2023 havia um momento de incertezas no campo político e econômico e as lideranças desejavam estabilidade, além do avanço da **reforma tributária**, o otimismo deste ano vem como consequência de tudo que se passou. "A **reforma tributária** foi aprovada, que era um dos maiores desejos das lideranças, e os indicadores econômicos atuais, incluindo o **PIB**, taxa de **inflação**, geração de empregos, apresentou uma melhora nas expectativas que se tinha.

Embora a polarização ainda seja latente e as discussões do sistema político não tenham sido resolvidas, acredito ser razoável dizer que o cenário político está se estabilizando", comentou.

Na avaliação dele, o Brasil passou por muitos desafios em 2023 e teve muitos progressos.

Entretanto, ainda há um cenário de apreensão para os executivos com muitos itens em discussão como: meta fiscal, taxa de juros, crescimento econômico, cenários externos, regulação das reformas. "Os desafios são inúmeros, mas por termos construído esta base, a gente promove os ganhos competitivos para 2024, analisa.

Para o gerente regional da Amcham, agora é hora de discutir os rumos do País e aproveitar as potencialidades para sustentar o crescimento econômico, mantendo o equilíbrio fiscal, ambiental e contínuo. "Quando a gente tem este dado positivo, é mais um aspecto 'ok' para o ambiente de negócios e de que estarmos no caminho correto com boas expectativas para o que vem por aí", comenta.

Segundo a pesquisa, a prioridade para o crescimento

é o aumento de vendas no mercado interno para 72% dos entrevistados, caracterizando o aumento da demanda interna como o maior desafio para o crescimento das empresas para 44%. Outras prioridades levantadas foram o aumento da capacidade produção/serviços para 49% e a redução dos custos e aumento da eficiência para 49% deles também.

Outro ponto avaliado pelo estudo foi "quais devem ser as prioridades do governo para o crescimento da economia".

Dos 775 executivos entrevistados, 80% citaram o equilíbrio fiscal, 62% a regulamentação da **reforma tributária** sobre o consumo e 62% também citaram a segurança jurídica e a redução da burocracia.

Quanto à **reforma tributária**, 41% dos respondentes disseram esperar impactos muito positivos ou positivos no consumo. Enquanto para 35% os efeitos da reforma seriam neutros, no sentido de que ainda não estariam claros o suficiente. Já para 21% a avaliação é negativa ou muito negativa. Sobre isso, o gerente da Amcham acredita que os resultados expressam o desejo claro dos empresários de uma definição dos detalhes a respeito da implementação da **reforma tributária** sobre o consumo.

A pesquisa "Plano de Voo 2024" também apresentou as expectativas sobre o cenário externo e a influência das eleições presidenciais dos Estados Unidos (EUA) no Brasil, prevista para 5 de novembro deste ano. Para 61% dos empresários, as disputas geopolíticas e os conflitos internacionais influenciarão mais, enquanto para 58% as políticas econômicas das principais economias afetarão de forma mais incisiva o cenário nacional.

Em relação às eleições nos EUA, 71% dos executivos brasileiros avaliam como alto ou médio o impacto e apenas 23% acreditam que o Brasil será pouco ou nada afetado pelo resultado.

Em relação às eleições nos EUA, 71% dos executivos brasileiros avaliam como alto ou médio o impacto e apenas 23% acreditam que o Brasil será pouco ou nada afetado pelo resultado

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao->

de-28-02-2024/

Acordo sobre presidências das comissões deve travar pauta da Câmara nos próximos dias

Por Elisa Clavery, Luiz Felipe Barbiéri, TV Globo e g1 - Brasília

Em reunião com os líderes na terça-feira (27), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pediu que os esforços se concentrassem na construção de um acordo para os comandos dos colegiados, segundo relatos de participantes do encontro.

Por isso, a sessão plenária marcada para o fim do dia foi agendada apenas com requerimentos de urgência, que não exigem longas discussões.

Parlamentares que participaram da reunião dizem que a sessão desta quarta-feira (28) também deve tratar apenas de matérias de consenso.

A Câmara tem 30 comissões temáticas permanentes, que são responsáveis por analisar projetos antes do plenário - cinco delas foram criadas no começo de 2023. Ao contrário do Senado, cujas presidências das comissões duram dois anos, na Câmara esse rodízio é feito anualmente.

Segundo o regimento da Casa, os partidos com as maiores bancadas eleitas têm a prerrogativa das primeiras pedidas para presidir as comissões. Por isso, o PL - que elegeu 99 deputados - teria a preferência na escolha.

O partido quer comandar a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), uma das mais importantes da Casa e por onde tramitam a maioria das propostas, inclusive as de interesse do governo.

Alguns parlamentares do PL insistem no nome de Caroline de Toni (SC), deputada próxima ao ex-presidente Jair Bolsonaro, para presidir a CCJ. Mas eles já admitem escolher um nome mais moderado, em nome de um acordo com os demais partidos e com o próprio Lira, que -- segundo lideranças -- também é contrário a um nome radical à frente da comissão.

As comissões Mista de Orçamento (CMO), responsável por aprovar matérias orçamentárias, e da Saúde, de onde saem grande parte das emendas parlamentares, também são cobiçadas por mais de um

partido.

O PT, segunda maior bancada da Casa, poderia ficar com a presidência da CMO, mas, segundo parlamentares, pode abrir mão da prerrogativa em nome de legendas como União Brasil ou Progressistas, na tentativa de reforçar a base governista na Câmara.

Reservadamente, deputados do partido dizem que, para o governo, a demora na instalação das comissões pode até ser positiva -- já que evitaria, por exemplo, a convocação de ministros nestes colegiados. Além disso, pautas de interesse do governo podem ser levadas diretamente ao plenário, sem passar pelas comissões, se houver aprovação de pedidos de urgência.

Uma das ideias ventiladas na reunião de líderes desta terça é dar a presidência de comissões com maior fatia do Orçamento a PT e PL e abrir espaço para PP e União comandarem a Comissão Mista de Orçamento e a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Nesse desenho, o PT ou PL poderiam ficar com a comissão de Saúde, que tem R\$ 4,5 bilhões em emendas.

O PL, no entanto, diz não abrir mão da CCJ para o União Brasil, que já definiu Arthur Maia (União-BA) como postulante.

Os líderes da Câmara também aguardam o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para encaminhar as votações da próxima sessão do Congresso que vai analisar vetos do governo ao Orçamento.

A expectativa de deputados é que a reunião possa acontecer na próxima semana, inclusive na presença de Lira, embora não haja confirmação por parte da Fazenda.

Um dos pontos de atrito é o veto do presidente Lula a parte das emendas de comissão, que têm aumentado de valor após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter declarado inconstitucional o Orçamento Secreto. No orçamento deste ano, essa modalidade chegou a um

valor recorde de R\$ 11 bilhões.

Apesar de o governo ter resolvido parte do impasse ao publicar, na semana passada, um decreto definindo um calendário de pagamento às emendas, parlamentares ainda querem achar uma solução para o corte de R\$ 5,6 bilhões nas emendas de comissão.

Líderes querem decidir com Haddad uma saída para retomar os valores cortados, o que também pode impactar o funcionamento das comissões, que ficarão responsáveis pelo montante.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, tem dito que o governo vai procurar recompor o dinheiro das emendas sem afetar programas sociais.

Além disso, os parlamentares querem resolver um veto de Lula às indicações feitas às emendas de comissão.

Na sanção da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o presidente da República vetou um artigo que obrigava o Executivo a receber as indicações do Parlamento para a execução das emendas parlamentares.

No caso das emendas de execução obrigatória (individuais e de bancada), a indicação permanece pois é constitucional, mas o veto poderia colocar em cheque a solicitação de prioridade feita pelos parlamentares nas emendas de comissão, que não são obrigatórias.

Outro ponto que deve tumultuar este início de ano no Congresso é a janela partidária, que permite a parlamentares mudarem de partido para disputar as eleições.

A janela partidária é o período de 30 dias em que ocupantes de cargos que foram eleitos em eleições proporcionais - deputados e vereadores - podem mudar de partido sem perder o mandato. Neste ano, o período será de 7 de março a 5 de abril.

Parte dos deputados tem pretensões eleitorais neste ano e devem ser candidatos a prefeitos. Para se viabilizar, no entanto, alguns deles deverão trocar de legendas.

O movimento acaba mobilizando os partidos, interessados em angariar novos integrantes, o que gera um "balcão de negócios". Com isso, o plenário perde o foco e os deputados reduzem a produtividade.

A expectativa de parlamentares ouvidos pela reportagem, portanto, é que temas que gerem um maior embate no Congresso -- como a medida

provisória da reoneração, a regulamentação da **reforma tributária** e um eventual regramento da inteligência artificial -- só avancem a partir de abril.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/02/28/acordo-sobre-presidencias-das-comissoes-deve-travar-pauta-da-camara-nos-proximos-dias.ghtml>

Governo muda regras de planos de previdência privada

LETYCIA CARDOSO

Com o objetivo de tornar a previdência privada mais atrativa, o governo alterou as regras desse tipo de investimento. Uma das principais mudanças é a adesão automática. Até então, cada trabalhador tinha que aderir voluntariamente ao plano de previdência oferecido por sua empresa. Agora, ele será automaticamente incluído no plano, na contratação.

Dentro de um determinado período que ainda será regulamentado, esse trabalhador poderá decidir se quer manter a adesão ou sair do plano de previdência.

A nova regra também ratifica a responsabilidade das seguradoras de assegurar que os planos de previdência deem match com o perfil dos poupadores.

Beto Saadia, economista e diretor de Investimentos da Nomos, explica que há diferentes tipos de planos de previdência: alguns cuja composição é majoritariamente de renda fixa, indicados para pessoas mais conservadoras; outros que têm uma boa parte do valor alocado em ativos de risco, indicados a investidores mais arrojados.

Se uma pessoa de idade avançada se aproxima do momento de receber os benefícios, cabe à seguradora recomendar ao cliente reduzir o risco de sua carteira.

As mudanças vão valer apenas para novas adesões e devem estimular a concorrência nesse mercado.

As atualizações das normas foram feitas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), ligado ao Ministério da Fazenda. Segundo o órgão, os planos de previdência privada contam com um montante de cerca de R\$ 1,4 trilhão. Saadia acredita que há potencial de multiplicar exponencialmente esse valor com a nova regulamentação.

MAIS TEMPO PARA DECIDIR

Guilherme Dias, especialista em educação financeira na Suno Research, destaca que, agora, os participantes também terão mais liberdade para escolher como vão receber os benefícios dos seus planos. A decisão entre receber o valor total de uma única vez, de forma mensal em período específico ou de forma vitalícia poderá ser tomada quando a data

para usar os recursos acumulados estiver se aproximando. Será possível, inclusive, combinar diferentes formas. Por exemplo, escolher parte do acumulado em renda mensal por um determinado período, e outra parte de forma vitalícia.

Além disso, em caso de renda mensal, o valor não precisa ser linear. Pode, por exemplo, ser maior em um primeiro momento.

Uma mudança em janeiro também tomou o produto financeiro mais atraente. Além de optar entre o Plano Gerador de Benefício Livre (PG-BL), no qual o Imposto de Renda incide no total resgatado, e entre o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), que tem incidência de IR apenas sobre os rendimentos, o poupador tinha que escolher, na hora da contratação, entre dois tipos de tributação: a progressiva ou a regressiva. Se optasse por essa última, com o objetivo de juntar recursos para a aposentadoria, mas tivesse que resgatar a quantia antes da data planejada, acabava pagando um valor expressivo de **impostos**.

Agora, o governo permitiu que o investidor escolha entre o regime regressivo ou progressivo no resgate dos benefícios, ou no recebimento do primeiro pagamento do seu plano de previdência privada.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Com novas regras, previdência privada ficará mais atrativa

Letycia Cardoso letycia.cardoso@oglobo.com.br

Com o objetivo de tornar a previdência privada mais atrativa, o governo federal alterou as regras desse tipo de investimento. As mudanças irão valer apenas para novas adesões e devem estimular a concorrência nesse mercado.

Segundo o Conselho Nacional de Seguros Privados, órgão ligado ao Ministério da Fazenda, atualmente, os planos de previdência privada contam com um montante de cerca de R\$ 1,4 trilhão.

Beto Saadia, economista e diretor de investimentos da Nomos, acredita que há potencial de multiplicar exponencialmente esse valor com a nova regulamentação relativa a aplicações oferecidas por empregadores, os chamados planos instituídos.

Até então, cada trabalhador tinha que aderir voluntariamente ao plano de previdência que a sua empresa oferecia.

Na maioria dos casos, a companhia contribui com a mesma quantia aplicada pelo funcionário a cada mês, o que ajuda a inflar investimentos.

A partir de agora, no entanto, a adesão será automática aos planos de previdência privada patrocinados pelos empregadores.

O trabalhador que não desejar aplicar terá que, ativamente, comunicar à sua organização em um prazo determinado.

A nova regra também ratifica a responsabilidade das seguradoras de garantir que os planos de previdência deem "match" com o perfil dos poupadores.

Ou seja, se a data planejada para o resgate está próxima, cabe à seguradora recomendar o cliente a reduzir o risco de sua carteira.

Além de optar entre o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), no qual o imposto de renda incide no total resgatado, e entre o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), que tem incidência de IR apenas sobre os rendimentos, o poupador tinha que escolher, na hora da contratação, entre dois tipos de tributação: a progressiva e a regressiva.

Se optasse por essa última, por exemplo, com o objetivo de juntar recursos para a aposentadoria, mas tivesse que resgatar a quantia antes da data planejada, acabava pagando um valor expressivo de **impostos**.

Toda essa burocracia, segundo especialistas, acabava afastando muitos brasileiros dessa classe de ativos.

ALTERNATIVA Regulamentação estimula concorrência e dá mais liberdade para poupadores

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Chefe do Pnud defende taxar múltis e "super-ricos"

Estevão Taiar

Medidas que elevem a arrecadação dos países, como a taxação global de multinacionais e um imposto sobre os "super-ricos" ao redor do planeta, abrem espaço para fortalecer o combate a pobreza, desigualdade e mudanças climáticas. A avaliação é do subsecretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Achim Steiner. Ele está no Brasil para as reuniões do G20, grupo que reúne as principais economias do planeta, além de União Europeia e União Africana.

Em entrevista exclusiva ao Valor, Steiner destaca a importância "de os governos aumentarem receitas para realizarem os investimentos necessários" no combate aos três desafios: pobreza, desigualdade e mudanças climáticas.

"Isso depende bastante da arrecadação doméstica", diz. A ONU calcula que, para que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos em 2015 pela Assembleia Geral da entidade sejam alcançados, os países precisarão investir US\$ 5,4 trilhões anualmente, dos quais US\$ 2,4 trilhões em investimentos climáticos.

A taxação de multinacionais foi defendida ontem pela secretária do Tesouro americano, Janet Yellen, em entrevista coletiva realizada em São Paulo - onde ela também está para as reuniões do G20. A proposta, elaborada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), sugere taxação de pelo menos 15% sobre os lucros de multinacionais com receita anual superior a 750 milhões, independentemente do local em que elas operem.

Para Steiner, as declarações de Yellen são "um sinal importante de que muitos países concordaram" que a proposta é "boa para todo mundo". Ele reconhece, no entanto, que a implantação do imposto "obviamente vai demorar para ser negociada".

Já o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou em entrevista ao jornal "O Globo" no fim de semana que apresentará nas reuniões do grupo uma proposta para a taxação global dos "super-ricos".

O subsecretário da ONU destaca que não conhece o

conteúdo da proposta. Mas diz que com o aumento da arrecadação governamental talvez essa seja "uma maneira melhor" de direcionar "parte da riqueza global" para "enfrentarmos alguns dos grandes desafios" atuais. Entre os exemplos dos desafios, ele cita a "necessidade de investimentos em tecnologias que levem a economia e a criação de empregos para o futuro".

Para Steiner, a presidência brasileira do G20 também é uma notícia positiva, justamente por trazer um foco "muito bem-vindo" para o combate a pobreza, desigualdade e mudanças climáticas. A presidência começou em 1-de dezembro do ano passado e vai até 30 de novembro próximo.

Mas o subsecretário da ONU chama atenção para outros problemas que pretende tratar durante as reuniões ao longo da semana. Um é a performance desigual da economia mundial depois das elevações das taxas básicas de juros em todo o planeta. Enquanto os países ricos vêm conseguindo alcançar um "pouso suave", a mesma coisa não acontece com os países em desenvolvimento, de acordo com o administrador do Pnud.

Um segundo problema é o serviço da dívida pago também pelos países em desenvolvimento. Durante a maior parte da pandemia, o G20 suspendeu o pagamento da dívida que essas nações tinham com o grupo e organismos multilaterais. Posteriormente, criou uma espécie de tratamento comum ("common framework") para lidar com essas obrigações.

Ainda assim, números da ONU mostram as dificuldades que diversas economias vêm enfrentando: países de renda baixa gastam em média 130% a mais no serviço da dívida do que em assistência social e 40% a mais do que gastam em saúde; 48 países gastam mais de 10% de sua arrecadação com o serviço da dívida, contra 28 países uma década atrás; em 22 dos "países mais pobres do mundo" o custo do serviço da dívida externa deve superar 20% da arrecadação no futuro, o que não acontecia há mais de duas décadas.

"Tudo isso significa que esses recursos não estão disponíveis para educação, saúde, infraestrutura e certamente não estão disponíveis para os grandes investimentos necessários no combate às mudanças

climáticas", afirma. "A nossa responsabilidade é lembrar para o G20 que as decisões deles afetam todos os países."

Um desafio adicional com o qual o grupo terá que lidar são as tensões geopolíticas. "A geopolítica imediatamente afeta a habilidade de os países se unirem no G20 e concordarem em atuarem juntos", diz Steiner, destacando que "passos mais ousados" em temas como mudanças climáticas e serviço da dívida das nações em desenvolvimento já vêm esbarrando nessas tensões.

Dentro do Brasil especificamente, ele elogia o Plano de Transição Ecológica coordenado pelo Ministério da Fazenda. De acordo com o subsecretário da ONU, "há sinais extraordinários" de que o plano traça um "bom caminho" a ser seguido por outros países. Mas, mais uma vez, Steiner reconhece que a implantação de todas as medidas não é algo simples.

"Estamos observando como o Brasil vai avançar, porque são assuntos complexos. Alguns são de curtíssimo prazo, ligados a questões fiscais, subsídios, **impostos**. Outros são de longo prazo, como qual a maneira de incentivar o setor privado a investir na mitigação e na adaptação às mudanças climáticas", afirma. Steiner nasceu no Brasil, mas se mudou ainda na infância e também tem nacionalidade alemã. Ele é administrador do Pnud desde 2017, atualmente no segundo mandato. É graduado em filosofia, política e economia pela Universidade de Oxford e tem passagens acadêmicas, entre outras instituições, pela Universidade Harvard e pelo Instituto Alemão de Desenvolvimento.

"Estamos observando como o Brasil vai avançar, porque são assuntos complexos"

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187801?page=2§ion=1>

IA amplia distância entre bolsas americanas e Ibovespa

Matheus Prado e Augusto Decker De São Paulo

O protagonismo crescente das gigantes de tecnologia nas bolsas de Nova York, diante do alardeado "boom" da inteligência artificial (IA) e, no curto prazo, de balanços melhores que o esperado, fez com que os índices de ações S P 500 e Nasdaq ganhassem impulso em 2024. Enquanto isso, o Ibovespa - como a maior parte dos ativos de risco globais - manteve-se atrelado às incertezas sobre os cortes de juros nos Estados Unidos. Analistas e gestores discutem agora se a mudança no perfil dos papéis mais relevantes em Wall Street tornará menor a correlação entre os mercados acionários brasileiro, menos exposto a empresas "tech", e americano.

Em 2005, companhias como Exxon Mobil, General Electric, Walmart e Citigroup apareciam entre as ações de maior peso no S P 500 e a maior parte das chamadas "Sete Magníficas" - Nvidia, Microsoft, Meta, Alphabet, Tesla, Apple, e Amazon - não existia ou não tinha grande relevância no mercado. No Brasil, entretanto, Vale e Petrobras já apareciam entre as maiores ações do Ibovespa há 20 anos. E continuam nesse patamar até hoje.

Depois de avançar 22,28% em reais e 31,54% em dólares em 2023, o Ibovespa cedia 1,86% em moeda local e 4,16% na divisa americana em 2024 até 27 de fevereiro, apesar da alta de 3,08% em reais e 3% em dólar no segundo mês do ano. Lá fora, o S P avançou 24,2% em 2023 e subia 6,46% em 2024, enquanto o Nasdaq, ainda mais carregado em tecnologia, teve ganhos de 43,42% no último ano e avançava 6,82% no atual. Mais próximo do Ibovespa nas últimas semanas e com maior representação de ações domésticas americanas, o Russell 2000 registrou ganhos de 16,93% em 2023 e tem alta de 1,43% desde o início de janeiro.

Os juros americanos, grande referencial dos mercados no mundo todo, tiveram ainda mais protagonismo no segundo semestre de 2023. Enquanto agentes calibravam expectativas para o início do processo de flexibilização monetária nos EUA, o Ibovespa chegou a ter correlação próxima aos 80% com o Treasury (título do Tesouro) de 10 anos. E o salto dos ativos de risco no último bimestre de 2023, apelidado de "rali de tudo", só foi possível porque agentes vislumbraram espaço para que o Federal Reserve (Fed, o BC

americano) cortasse as taxas já nos primeiros meses deste ano, o que elevou o apetite por risco de investidores.

Quando essa expectativa perdeu força, desde o início do ano, frustrada por dados de atividade e **inflação** acima do consenso na maior economia do mundo, as taxas americanas voltaram a subir e ativos de risco, como o Ibovespa, perderam ímpeto. As grandes exceções foram S P 500, que hoje conta com forte participação de papéis de tecnologia em sua composição, e Nasdaq, diante de uma temporada de resultados trimestrais acima das projeções e do avanço da tese de inteligência artificial. Com esse perfil, os dois referenciais americanos continuaram a subir.

Marcelo Nantes, gestor de renda variável da ASA Investments, diz que o juro americano continua a permear os negócios e que a discussão vigente sobre corte da taxa básica americana é favorável às bolsas como um todo. No entanto, observa, as "big techs" têm sofrido menos com as incertezas macro porque têm apresentado capacidade de crescimento muito grande e, no momento, surfam a expectativa do mercado de que a tese de inteligência artificial vai se consolidar e avançar para outros setores.

"A bolsa brasileira não está exposta a isso diretamente, o que indica que esse descompasso deve continuar, exceto pelo fator juros", diz. "Se caminarmos para um cenário em que a tecnologia segue avançando e que as empresas locais não têm tanto para se beneficiar, podemos passar por um período em que a bolsa americana exhibe performance melhor. O "boom" da inteligência artificial em si vai ser temporário, mas depois deve se espalhar para outros setores e empresas." Por conta da diferença crescente de composição dos índices americanos em relação ao Ibovespa, a correlação entre eles deveria diminuir daqui para frente, afirma Cesar Mikail, gestor de renda variável na Western Asset. O executivo diz que as principais companhias do S P 500 mudaram muito nos últimos anos, enquanto as do Ibovespa seguem iguais. Ele nota ainda que muitos estrangeiros enxergam o Brasil como um mercado de commodities. Então, se as matérias-primas avançarem por algum motivo, a bolsa local pode até exibir desempenho superior ao dos pares americanos.

"Os resultados positivos das "big techs" durante a temporada de balanços compensaram até mesmo a expectativa de que os juros demorem mais para cair, por isso a possibilidade de um Fed mais cauteloso influenciou menos os índices de Nova York. E o mercado enxerga espaço para ganhos adicionais, com muitas casas tendo revisado para cima as projeções para o S P 500 ao fim de 2024 e 2025", afirma.

A correlação entre o Ibovespa e os títulos do Tesouro americano, por sua vez, deve permanecer elevada, aposta Jorge Dib, sócio e gestor da Galapagos Capital. "Isso faz sentido por alguns motivos. Se a economia dos Estados Unidos reacelerar e o Fed postergar cortes de juros, por exemplo, o rendimento da T-note [títulos do Tesouro americano] sobe e teremos mais atração de capital para dólar e renda fixa", diz.

Haveria risco de uma quebra nessa relação, segundo Dib, se os juros americanos caíssem em razão de uma desaceleração na economia americana ou de alguma crise, como, por exemplo, com bancos regionais.

Fernando Donnay, sócio e gestor da G5 Partners, defende que a correção que se vê neste início de ano não altera sua exposição à bolsa. "O mercado está discutindo quando o ciclo de afrouxamento monetário deve se iniciar nos EUA, o que gera volatilidade. À frente, a pauta vai ser crescimento dos lucros das empresas", diz. "Mas também é verdade que a bolsa local é composta principalmente por commodities e bancos, setores da velha economia, enquanto a bolsa americana, que já teve perfil parecido, agora tem nas suas maiores empresas nomes de crescimento, mas com lucratividade já elevada. O mercado americano está sugando liquidez do mundo por mérito dessas empresas. É uma tendência que temos que monitorar." Conforme os dados mais recentes divulgados pela B3, no acumulado do ano até o último dia 23, os investidores não residentes retiraram da bolsa R\$ 18,96 bilhões, ao se levar em conta apenas o mercado secundário (ações em circulação) à vista. Somente em fevereiro, os saques foram de R\$ 11,06 bilhões. O saldo de aportes da categoria em 2023 foi positivo em R\$44,85 bilhões.

Durante "roadshow" doméstico, analistas do J.P. Morgan conversaram com 32 investidores, e, segundo a equipe do banco, os executivos não veem razão para pensar que as "big techs" irão parar de subir, o que também é visto como um obstáculo significativo para que os recursos saiam dos EUA, que continuam sugando liquidez do mundo. "As teses de diversificação e enfraquecimento do dólar quando as taxas nos EUA caírem são vistas, na melhor das hipóteses, como teóricas, pelo menos por agora." Enquanto os recursos dedicados a emergentes

possivelmente estão voltando para a China neste início de ano, depois dos fortes recuos do mercado asiático, as "big techs" também podem estar drenando recursos de outros ativos, diz William Wang, gestor de renda variável da AZ Quest. "Os resultados [dessas empresas] estão bons e o "momentum" deve continuar forte pelo menos no curto, médio prazo", diz. "Também continuamos otimistas com a tese de queda dos juros, principalmente por conta do nível atual das taxas, mas os cortes foram postergados e ainda não há visibilidade sobre quando começarão." Para Dib, da Galapagos, o cenário mais provável é que o ciclo de relaxamento monetário americano comece em junho, à medida que **inflação** do país se aproximar da meta do Fed, de 2%. "E quando o juro começar a cair, os mercados de risco, bolsa local inclusive, tendem a se beneficiar. O risco maior é uma desaceleração mais forte da China, que prejudicaria o Ibovespa em razão do peso forte das commodities no índice." Ainda que o nível de atividade mais forte nos EUA e a trajetória de queda mais suave da **inflação** tenham diminuído o incentivo do Fed em antecipar o início do corte de juros, Nantes, da ASA, nota que o mercado já começa a precificar esse atraso. "Na medida em que essa visão se consolida, investidores tendem a antecipar o movimento do Fed mais uma vez, provocando um novo rali ainda no primeiro semestre."

"O mercado americano está sugando liquidez do mundo por mérito dessas empresas" Fernando Donnay

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187801>

IPCA-15 acelera com educação, e preços de serviços ainda preocupam economistas

Lucianne Carneiro e Marta Watanabe Do Rio e de São Paulo

O índice de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), prévia da **inflação** oficial do mês, mostrou alta de 0,78% nos preços em fevereiro. Apesar da aceleração ante janeiro, quando o indicador aumentou 0,31%, a variação em fevereiro surpreendeu positivamente parte dos economistas e foi puxada por educação, fator sazonal ligado ao início do ano letivo.

O indicador mostrou desaceleração em grupos importantes, como alimentação e bebidas, mas permanece a preocupação com a **inflação** de serviços e de seu eventual impacto no ciclo de redução de juros, apontam economistas.

O resultado de fevereiro ficou abaixo da mediana das 29 projeções de analistas de consultorias e instituições financeiras consultados pelo Valor Data, que estimavam alta de 0,81% em fevereiro. O intervalo das estimativas era de alta de 0,56% a 0,90%.

Divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA-15 acumulou alta de 4,49% em 12 meses até fevereiro, ante 4,47% até janeiro, também em 12 meses. O resultado também veio abaixo da mediana das estimativas do Valor Data, de 4,52%, com intervalo entre 4,26% a 4,61%. A meta de **inflação** perseguida pelo BC para 2024 é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima.

Das nove classes que integram o índice, cinco tiveram aceleração na passagem entre janeiro e fevereiro. A principal alta ocorreu no grupo educação, que acelerou de 0,39% em janeiro para 5,07% em fevereiro, mês de início do ano letivo, reflexo de reajustes de mensalidades escolares. Alta na educação é sazonal e esperada, podendo se repetir em março e depois se dissipar, diz Helena Veronese, economista-chefe da B. Side Investimentos.

Laiz Carvalho, economista para Brasil do BNP Paribas, destaca que, apesar do aumento em educação, a taxa não veio tão alta quanto estimado. E, entre os preços que contribuíram para reduzir a **inflação** em fevereiro, destaca as passagens aéreas que, segundo o IBGE caíram 10,65% em fevereiro, após retração de 15,24% em janeiro. Ela também

destaca a alimentação, que veio com desaceleração maior que a esperada. "A expectativa é que essa desaceleração continue nas próximas observações." O banco estima IPCA de 3,5% para 2024.

Após subirem 1,53% em janeiro, os preços de alimentação e bebidas voltaram a desacelerar, com alta de 0,97% em fevereiro. O grupo respondeu por 0,2 ponto percentual da alta do IPCA-15 no mês. Dentro do grupo, o maior impulso para desaceleração veio dos alimentos consumidos no domicílio.

Foram observadas taxas maiores de **inflação**, na passagem entre janeiro e fevereiro, também em artigos de residência, transportes, saúde e cuidados pessoais e comunicação. Nesse último grupo, a surpresa veio do preço de TV por assinatura, que subiu 4,02% em fevereiro, ante estabilidade em janeiro e alta de 2,5% em fevereiro de 2023. O combo de telefone, internet e TV por assinatura, subiu 3,29% em fevereiro, ante estabilidade em janeiro e aumento de 1,35% em fevereiro de 2023. Esses serviços costumam ter variação de preços nos meses em que há reajuste por parte das empresas que trabalham no setor.

Com esse movimento, os preços do grupo comunicação, que tinham recuado 0,03% em janeiro, subiram 1,67% em fevereiro. A influência foi de 0,08 ponto percentual no IPCA-15 de fevereiro. "O comportamento de preços de TV por assinatura e do combo de telefone, internet e TV foi uma surpresa e se juntarmos com alta de IPVA [Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores], da gasolina e de mensalidades escolares, o início do ano veio bem salgado", diz Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners.

Após quatro quedas seguidas, o preço da gasolina subiu 0,84% em fevereiro. A alta, afirma Leal, reflete a recomposição em parte, pelos Estados, do ICMS cobrado sobre o combustível.

Dentre os elementos que merecem atenção no IPCA-15 de fevereiro, Veronese destaca a média dos núcleos da **inflação**, que expurgam da conta os componentes mais sensíveis e voláteis. Essa média acelerou a 0,57% em fevereiro, vindo de 0,33% em janeiro, indica. Além disso, destaca, os preços de serviços subiram 1,13%, vindo de -0,11 % em janeiro.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187801?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187801?page=2§ion=1)**

Parte do aumento nos serviços se explica pelas mensalidades escolares, diz Leal, da G5 Partners. "Mas as mensalidades escolares não são desculpa para os dados de serviços subjacentes, que saíram de 0,68% em janeiro para 0,65% em janeiro. Mesmo com desaceleração, 0,65% é um número muito alto e que corrobora a preocupação já demonstrada por Roberto Campos Neto [presidente do Banco Central] na semana passada sobre os serviços. Sobre isso, o IPCA-15 não tranquilizou nem um pouquinho."

Os serviços subjacentes mostram que os preços que são persistentes ainda estão altos, mesmo com a desaceleração de janeiro para fevereiro, explica Luca Merca-dante, economista da Rio Bravo Investimentos. A medida de serviços subjacentes considera apenas a parte mais estrutural dos serviços e exclui itens como cursos, comunicação e turismo. "Os pontos de atenção se mantêm, apesar da surpresa positiva em relação ao indicador na margem", diz ele.

Para Leal, o comportamento dos serviços pode repercutir no ciclo de corte de juros, principalmente a partir de junho. Para o economista, isso pode começar a levar a cortes de juros de 0,25 ponto percentual (pp) a partir desse período, e não mais de 0,5 pp. Leal projeta Selic a 9% ao fim do ano.

Mais otimista em relação à política monetária, André Cordeiro, economista do Banco Inter, diz que, apesar de a aceleração da média dos núcleos do IPCA-15 terem acelerado para 0,57%, a métrica ficou dentro do esperado para um mês de fevereiro. Ele concorda que o principal ponto de cautela continua sendo a dinâmica da **inflação** de serviços subjacentes.

"Mas devido à sazonalidade do início de ano, é precoce concluir alguma mudança de dinâmica. O cenário não deve alterar o plano de voo do Copom [Comitê de Política Monetária], que deve manter os cortes de 0,5 ponto percentual na taxa Selic nas próximas reuniões e a incerteza maior deve permanecer sobre a taxa terminal, uma discussão que deve se intensificar somente no segundo semestre", diz Cordeiro. O Inter mantém projeção de Selic em 8,5% ao fim do ano.

Carvalho, do BNP Paribas, avalia que os serviços subjacentes elevem se manter próximos do patamar atual até o IPCA-15 de abril, mas, para ela, há espaço para se chegar à Selic de 8,5% ao fim do ano.

"Expectativa é que desaceleração [de alimentos] continue nas próximas observações"

Laiz Carvalho

IPCA-15 e fluxo dão alívio a ativos locais

Gabriel Roca, Matheus Prado, Augusto Decker e Arthur Cagliari De São Paulo

Os ativos locais exibiram desempenho positivo na sessão de ontem, na esteira da divulgação do IPCA-15 de fevereiro ligeiramente abaixo das estimativas de consenso e em meio a relatos de um fluxo estrangeiro direcionado ao mercado doméstico. Assim, o dólar encerrou a sessão em queda firme, anotando o melhor desempenho entre as moedas monitoradas pelo Valor, o Ibovespa voltou a superar a marca dos 131 mil pontos e os juros futuros terminaram o dia em queda firme.

O dólar à vista encerrou o pregão em queda de 0,97%, negociado a R\$ 4,9329. Segundo o operador de câmbio de um grande banco, houve entrada de dólares na Ptax ontem e o movimento do mercado indicou que não ocorreu absorção desse fluxo por parte dos agentes locais. "O real se tornou a melhor moeda do mundo hoje [ontem, frente ao dólar]", diz essa fonte.

Já o Ibovespa anotou ganhos de 1,61%, a 131.689 pontos, em seu maior nível de fechamento desde o início de janeiro. A alta veio mesmo com o ritmo mais lento em Nova York, onde o Dow Jones caiu 0,25%, o S P 500 subiu 0,17% e o Nasdaq teve alta de 0,37%.

O principal gatilho para o avanço das ações locais na sessão de ontem foi a queda dos juros futuros, que recuaram após a divulgação do IPCA-15 ligeiramente abaixo das estimativas de consenso. O movimento acabou impulsionando papéis sensíveis às taxas de juros.

"O movimento de hoje [ontem] mostra que os ativos locais ainda têm bastante para andar. Este ano os gatilhos internos não são tão claros e ainda existe alguma descrença sobre quanto o Co-pom vai conseguir cortar juros sem a ajuda do Fed [o banco central dos EUA], que ainda não começou seu ciclo de afrouxamento. Mas tão logo os BCs americano e europeu comecem a cortar, o cenário tende a ficar mais claro e os ativos voltam a andar", afirma Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos.

Entre as maiores altas do dia, GPA avançou 12,57%, Petz ganhou 7,25%, Azul subiu 7,16% e Cogna teve valorização de 7,14%.

Como números recentes de **inflação** ligaram um sinal de alerta entre participantes do mercado devido ao

avanço de componentes de serviços e serviços subjacentes, um sentimento de cautela predominava antes da divulgação do IPCA-15 ontem, em um comportamento que ficou refletido na alta firme das taxas na sessão de segunda-feira.

No entanto, o IPCA-15 subiu 0,78% em fevereiro, menos do que a mediana de 0,81% das estimativas das consultorias e instituições consultadas pelo Valor Data. As surpresas baixistas foram concentradas em itens como alimentação e passagens aéreas, mas vale apontar que o comportamento da **inflação** de serviços ainda segue trazendo alguma cautela ao mercado.

"Com relação ao núcleo da **inflação**, os serviços subjacentes aumentaram em 12 meses (4,9% para 5,0%) e em três meses (5,1% para 5,9%). Além disso, esperamos que as próximas duas impressões de serviços subjacentes permaneçam em torno de 6% na taxa anua-lizada de três meses. Como isso tem sido acompanhado de perto pelo BC, esse aumento pode aumentar as preocupações do mercado sobre se o Copom irá alterar sua comunicação", afirma a equipe de economia do UBS BB, liderada por Alexandre de Ázara.

Entretanto, segundo os profissionais do UBS BB, essas más notícias terão vida curta. "Esperamos que o IPCA atinja um ritmo de 3,5% ao ano até junho. Para o fim do ano, ainda esperamos 3%, abaixo do consenso de 3,8% e dentro da meta do BC", apontam.

No fim do dia, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 caiu de 10,025% do ajuste anterior para 9,985%, enquanto a do DI para janeiro de 2027 passou de 10,105% para 10,00%.

1,61% foi a alta do Ibovespa, para 131.689 pontos

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187801>

IPCA-15 registra alta de 1,02% na RMBH

MICHELLE VALVERDE

Em fevereiro, o aumento dos preços dos alimentos e da educação, principalmente dos cursos regulares, provocou alta na **inflação** na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). No mês, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), considerado a prévia da **inflação**, subiu 1,02%.

A variação foi a segunda maior no País, ficando atrás somente de Goiânia, onde o índice aumentou 1,07%.

Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O aumento da **inflação** ocorreu, principalmente, pelo encarecimento dos alimentos e do grupo de educação. O maior impacto individual veio da batata-inglesa, que teve o preço reajustado em 29,58%.

Com o resultado de fevereiro, no primeiro bimestre, o IPCA-15 da RMBH acumula alta de 1,91% e, nos últimos 12 meses de 5,19%, o maior na média do País.

A **inflação** na RMBH está acima do nível nacional. Conforme os dados do IBGE, no País, a elevação mensal foi de 0,78%. Considerando os últimos 12 meses, houve um aumento de 4,49% e no primeiro bimestre, uma alta de 1,09%.

Educação e alimentação puxam **inflação** na RMBH. Conforme os dados do IBGE, na RMBH, sete grupos apresentaram **inflação**. As maiores altas foram nos grupos de educação (5,54%) e alimentação e bebidas (1,85%). Na educação, os cursos regulares subiram 6,83%, em média. Assim, os destaques foram os aumentos do ensino fundamental (8,09%), ensino médio (7,64%), pré-escola (7,18%) e ensino superior (6,08%).

Os dados do IBGE mostram ainda que o grupo de alimentação e bebidas, cuja alta foi de 1,85%, impactou o índice geral de fevereiro em 0,41 ponto percentual (p.p.).

A alta de 29,5% no valor da batata-inglesa fez com que o produto registrasse o maior impacto individual positivo no IPCA da RMBH.

O aumento da **inflação** também foi puxado pelos reajustes nos preços da manga (39,68%), da cenoura (35,31%), da laranja-pêra (11%), do tomate (7,54%),

do arroz (6,83%) e do leite longa vida (2,16%).

No grupo de comunicação houve incremento de 1,54%.

O resultado foi influenciado pelas altas da TV por assinatura (4,02%), do combo de telefonia, internet e TV por assinatura (3,29%) e aparelho telefônico (2,40%).

Conforme o IBGE, em artigos de residência e no grupo de despesas pessoais, as altas ficaram em 0,83% e 0,80%, respectivamente. Em seguida, vieram os grupos de saúde e cuidados pessoais, com aumento de 0,73%, e habitação (0,64%).

No grupo de habitação a alta foi puxada pelo encarecimento da taxa de água e esgoto, que subiu 3,06%, decorrente do reajuste de 4,21%, a partir de 1º de janeiro, e o aluguel residencial, que subiu 0,62%.

Transporte e vestuário - Por outro lado, dois grupos apresentaram deflação. No vestuário a queda foi de 0,88% e nos transportes, de 0,12%.

No grupo de transportes, a deflação foi influenciada, principalmente, pelas quedas nas passagens aéreas (19,25%), no seguro voluntário de veículo (3,34%) e na gasolina (0,40%). Conforme o IBGE, do lado das altas, os destaques no grupo foram para o ônibus urbano, com elevação de 6,71% no preço, decorrente do reajuste médio de 16,67%, para o conserto de automóvel (2,09%) e para o automóvel novo (1,14%).

No primeiro bimestre de 2024, o aumento do IPCA-15 na RMBH chegou a 1,91% e, nos últimos 12 meses, a 5,19%, o maior aumento na média do País

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-28-02-2024/>

Renda fixa é mais atrativa no Brasil, diz Bitterly, do Citi

Augusto Decker De São Paulo

Os juros ainda elevados e a **inflação** sob controle tornam aplicações de renda fixa no Brasil atrativas tanto para o investidor estrangeiro quanto para o local, afirma Kristen Bitterly, chefe de soluções de investimento do Citi Global Wealth. "No mercado americano nós ainda observamos retornos reais positivos, mas não tão positivos quanto no Brasil", disse ela em entrevista ao Valor durante visita ao Brasil para evento com clientes private do Citi. "No Brasil, a **inflação** está sob controle e os juros ainda estão altos, então acredito que, com essa capacidade de gerar "yields" [retornos] reais positivos, ainda veremos uma continuidade de fluxos para esses ambientes." O fluxo internacional para o Brasil, porém, também deve depender do crescimento econômico global, já que as commodities têm peso grande no mercado doméstico. "Há aspectos positivos no crescimento global, mas estamos começando a ver alguns países em recessão técnica. Imagino que isso influencie os fluxos", afirmou Bitterly. Em documento com as perspectivas para 2024, o Citi Global Wealth projeta desaceleração do **PIB** global este ano, com crescimento de 2,2%, ante 2,6% projetados para 2023.

A executiva espera que o dólar se mantenha forte no curto prazo, principalmente na comparação com moedas de emergentes, como o real, mas diz que isso pode mudar entre o fim deste ano e o início do próximo. "Existem preocupações com crescimento global e uma busca por qualidade, o que deve manter o dólar relativamente forte no curto prazo. Mas não achamos que isso seja sustentável num horizonte mais longo, especialmente porque temos visibilidade que o Fed cortará juros ainda em 2024." Para Bitterly, o mercado de ações americano, que tem batido recordes, deve continuar recebendo fluxos no curto prazo - e a casa tem exposição considerável às ações do país. Ela enfatiza que as "magnificent seven" (Apple, Microsoft, Alphabet, Amazon, Nvidia, Meta e Tesla) guiaram o rali recente. "Muitas dessas empresas têm melhoras impressionantes de resultados. Elas são apostas de crescimento, mas, ao mesmo tempo, papéis defensivos, porque geram muito fluxo de caixa livre e continuam entregando resultados", diz.

Daqui para frente, ela projeta que os ganhos, antes concentrados nas maiores empresas, podem se

espalhar de forma mais ampla para outros setores. "Nós não apostaríamos contra as "magnificent seven", mas estamos avaliando oportunidades para esses avanços mais gerais." Para ilustrar a disparidade entre as gigantes ligadas à inteligência artificial e o restante dos papéis americanos, ela lembra que, no fim de 2023, a parcela do S P 500 que apresentava piora nos lucros era a maior para um período de não recessão. Ela afirma, inclusive, que a recessão americana tão esperada pelo mercado acabou acontecendo, mas na forma de uma "recessão de lucros". "Começando no quarto trimestre de 2022, sete de onze setores do mercado de ações americano já estavam com recessão de lucros. Isso só começou a mudar no terceiro trimestre de 2023", aponta. "Acho que já vimos uma desaceleração da economia e dos lucros, mas sem uma recessão tradicional." A casa projeta que a **inflação** americana tem espaço para continuar caindo. Ela vê uma baixa para a casa de 2,5% no fim deste ano. Com isso, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) teria espaço para fazer entre três e quatro cortes de juros este ano, totalizando uma redução de 0,75 a 1 ponto percentual-hoje, a taxa básica do país está na faixa entre 5,25% e 5,50%. "Sempre acreditamos que o mercado acelerou demais quando precificou cortes em março. Nós nunca acreditamos nisso, porque os indicadores econômicos continuam resilientes. Nosso cenário-base sempre foi de início em junho ou julho." O ambiente geopolítico, com duas guerras e uma série de eleições importantes ao redor do mundo, precisa ser levado em conta, afirma Bitterly. "Este ano, perguntamos em alguns encontros qual era a maior preocupação dos investidores, e as principais são geopolítica e eleições", afirma. Ela acredita que os riscos geopolíticos precificados atualmente nos ativos estão apropriados em razão do comportamento dos mercados no passado.

Quanto à eleição americana, que ocorre no final deste ano, ela diz que os mercados "costumam reagir bem até setembro ou outubro, e a partir daí existe alguma volatilidade". "Mas, no geral, não costuma haver piora generalizada somente por estarmos em um período eleitoral", observa.

A executiva lembra que a Índia recebe cada vez mais atenção, após o bom desempenho da bolsa do país no ano passado. Bitterly vê vantagens de longo prazo no país, como uma classe média crescente e a inclusão

digital da população. "Essa talvez tenha sido a principal história dos mercados em 2023, e achamos que pode ter uma duração maior."

"Nos EUA ainda vemos retornos reais positivos, mas não tão positivos quanto no Brasil" Kristen Bitterly

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187801>

FGTS poderá ser usado em empréstimo consignado

SEM ANUÊNCIA DO EMPREGADOR O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou nessa terça-feira (27), que os trabalhadores poderão tomar empréstimo consignado diretamente com os bancos, sem anuência do empregador, utilizando, como garantia, a sua folha de pagamento. A medida ficará disponível a partir da implementação, na próxima sexta (P), do **FGTS** Digital, uma nova forma de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço anunciado pelo governo. O empréstimo consignado prevê o desconto das parcelas diretamente na folha de pagamento ou contracheque. A taxa de juros é menor se comparada a outras modalidades de empréstimo.

"Hoje, o consignado poderia estar existindo se as empresas tivessem feito convênios com os bancos. (As empresas) Não fizeram, então, nós, a partir da ferramenta do eSocial e do **FGTS** Digital implantado, criamos uma rubrica para possibilitar que o trabalhador possa tomar esse empréstimo sem intermediação do empregador. Ele não vai mais precisar consultar o empregador", disse o ministro.

Segundo ele, a ferramenta do **FGTS** Digital irá administrar a relação entre bancos, trabalhadores e empregadores. "Quando a empresa receber lá, 'olha, você tem que descontar X reais do fundo de garantia', ela terá uma rubrica de quanto ela terá que descontar da instituição financeira 'X' (para o empréstimo consignado) daquele trabalhador, da sua folha de pagamento", disse.

Luiz Marinho disse também que o governo vai enviar ao Congresso uma proposta para acabar com o **saque-aniversário** do **FGTS**. Nessa modalidade, o trabalhador pode sacar o valor que possui de forma parcial, uma vez ao ano, no mês de seu aniversário. Na modalidade tradicional, o saldo é disponibilizado em caso de demissão sem justa causa ou aposentadoria. Ao optar pela retirada do dinheiro anualmente, o trabalhador perde o direito de sacar a totalidade de sua conta caso seja demitido sem justa causa. Porém, continua recebendo a multa rescisória de 40% paga pelo empregador.

O **FGTS** Digital tem o objetivo de facilitar e simplificar a vida dos empregadores, utilizando informações do eSocial como base de dados, interface 100% web e diversas opções para gerar guias.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

FGTS Digital: entenda o que muda com nova plataforma

Caroline Nunes caroline.nunes@oglobo.com

O **FGTS** Digital, uma nova forma de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**), entrará em operação a partir desta sexta-feira, dia 1º de março. A plataforma foi lançada ontem, com a promessa de desburocratizar a vida dos empregadores.

Uma das novidades é a integração com o eSocial, onde os empregadores fornecerão dados contratuais e folha de pagamento e terão acesso a um sistema que permite a geração de guias personalizadas, o cálculo de indenizações compensatórias, obtenção de extratos detalhados por trabalhador e solicitação de estornos e parcelamentos.

- Estima-se que, com o **FGTS** Digital, os empregadores vão economizar 36 horas por mês em tempo gasto com rotinas para fazer o recolhimento do **FGTS**. Além do mais, o novo sistema proporcionará uma redução de custo operacionais incorridos pelo Fundo de aproximadamente R\$144 milhões por ano - disse o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

O Pix será o método de pagamento para o **FGTS** Digital, para eliminar problemas como pagamentos duplicados, recolhimento de débitos já quitados e pagamento de guias vencidas. O sistema de pagamento também reduz custos com tarifas pagas à rede arrecadadora do **FGTS**. Outra mudança é a substituição do uso do PIS pelo CPF como identificador único do trabalhador.

O QUE MUDA PARA O MEI Para os microempreendedores (MEI) e empregadores domésticos, o recolhimento mensal continua a ser feito por meio do Documento de Arrecadação do eSocial (DAE). Para esse grupo, o **FGTS** Digital será utilizado apenas para parcelamentos e compensação indenizatórias.

A partir de sexta-feira, as empresas devem emitir as competências por meio da plataforma. O empregador que possuir débitos anteriores a esse dia devem quitá-los pelo sistema antigo.

Haverá também mudança na data de vencimento das competências, que passa a ser no 20º dia de cada mês. No entanto, a mudança só impactará as

competências de março que devem ser pagas em abril.

Ministro quer fim do **saque-aniversário**

Também ontem, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou reafirmou a intenção de acabar com o **saque-aniversário** do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**). A modalidade, instituída em 2020 pelo governo Bolsonaro, permite ao trabalhador sacar parte do saldo da conta do **FGTS** anualmente, no mês do seu aniversário. Por outro lado, caso o trabalhador seja demitido, pode sacar apenas o valor referente à multa rescisória, não podendo sacar o valor integral da conta. Este é um dos pontos criticados por Marinho.

Para acabar com o saqueaniversário do **FGTS**, Marinho disse que está sendo finalizado um projeto de lei - que também pode ser uma medida provisória - para ser enviado ao Congresso Nacional.

Marinho afirmou que já tem autorização do presidente Lula para levar adiante a proposta, dependendo apenas do encaminhamento de outros ministérios.

Segundo o ministro, há reclamações de trabalhadores que aderiram ao **saque aniversário** do **FGTS** e que não conseguem mais sacar os recursos quando são demitidos.

- Se o **FGTS** tem na sua essência, entre as funções, trazer a proteção no futuro do desemprego, o cidadão que aderiu o **saque aniversário** não pode sacar o seu saldo. Sendo que o **FGTS** foi pensado no caso de desemprego - criticou o ministro do Trabalho.

Marinho também afirmou que quer facilitar a contratação de empréstimos consignados privados, reduzindo a intermediação.

Segundo ele, será proposta uma ferramenta, por meio do **FGTS** Digital, que possibilitará a concessão de empréstimos consignado (com desconto em folha) pelos bancos, sem intermediação das empresas contratantes.

PRATICIDADE Governo diz que nova forma de recolhimento vai desburocratizar a vida de empregadores

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Sem acordo, portaria sobre trabalho em feriados é adiada por 3 meses

Ficou para junho a publicação da portaria que restringe o trabalho no comércio aos feriados para os funcionários com convenção coletiva. A medida entraria em vigor na próxima sexta-feira (1º), mas teve de ser adiada por três meses em razão da falta de acordo entre governo, trabalhadores e patrões.

O Ministério do Trabalho e Emprego informou, em nota, que a decisão de adiar as novas regras foi tomada em reunião entre os ministros do Trabalho, Luiz Marinho, e de Relações Institucionais, Alexandre Padilha; e representantes das centrais sindicais e das frentes parlamentares do Comércio e Serviços e do Empreendedorismo. "Nós temos certeza de que as partes chegarão a um texto que contemplará o funcionamento do nosso comércio na sua plenitude, respeitando sempre o direito às negociações, o direito dos empregados e protegendo cada trabalhador", destacou Marinho no **comunicado**, enviado ontem (27).

No último dia 24 de janeiro, o ministro havia dito que cerca de 200 atividades consideradas essenciais ficariam de fora da portaria e não precisariam de convenção coletiva para funcionarem durante os feriados. Em novembro de 2023, o Ministério do Trabalho publicou o documento que obrigava a convenção coletiva para o trabalho, nesses dias, a todos os setores do comércio, mas uma semana depois, o texto foi revogado, após a Câmara dos Deputados ameaçar aprovar decreto legislativo cancelando a portaria.

Sobre o prazo, foi anunciado em janeiro que a medida, prevista inicialmente para o dia 1º de março, seria antecipada para o início de fevereiro. A medida afeta em especial o comércio ao determinar que o trabalho nos feriados somente pode ocorrer se estiver previsto em convenção coletiva.

"Observamos que existem alguns tipos de trabalho que têm que funcionar por conta do atendimento à população, sobretudo esses trabalhos especiais, com algum diferencial, farmácia, por exemplo, pode salvar a vida de uma pessoa", afirmou, em janeiro, Julimar Roberto, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviços da Central Única dos Trabalhadores.

Já o representante da Confederação Nacional do

Comércio (CNC), Ivo Dall'Acqua, disse, na ocasião, que a lei trata apenas do comércio de produtos. Atividades ligadas a serviços não terão necessidade de acordo coletivo, como bares, restaurantes e hotéis. Supermercados, no entanto, necessitam de convenção para abrirem aos feriados.

"A lei não contempla bares e restaurantes, que são do grupo de turismo e hospitalidade. A portaria vai deixar claro as categorias que poderão funcionar sete dias por semana, como hotéis e outras atividades. A lei diz respeito a parte do comércio que cuida do atacado e varejo, comércio de mercadorias, compra e vendas. Por isso, a gente trata a excepcionalidade com cuidado para que todos tenham tratamento isonômico", afirmou.

Saque-aniversário

Ainda nessa terça-feira, depois da cerimônia de anúncio da versão digital do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**), Marinho disse que o Governo está finalizando o projeto de lei que muda as regras do **saque-aniversário** do **FGTS**.

"Estamos amarrando os últimos detalhes, participando juntos, os Ministérios do Trabalho, da Fazenda, da Casa Civil, para poder encaminhar um projeto de lei ao Congresso", declarou depois de entrevista coletiva.

O ministro disse não descartar a possibilidade de enviar a proposta por medida provisória (MP). De acordo com Marinho, as regras atuais de **saque-aniversário** prejudicam parte dos trabalhadores porque quem saca o benefício no aniversário tem dificuldades de acesso ao fundo em uma eventual demissão. (Com Agência Brasil)

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/28-02-2024-edicao-247614/>